

UFRRJ

**Instituto de Educação/ Instituto Multidisciplinar
PPGEduc – Programa de Pós - Graduação em
Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares**

DISSERTAÇÃO

Cocar e Universidade: um paradigma híbrido

DALILA GONÇALVES MARTINS

2014



**Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro
Instituto de Educação/ Instituto Multidisciplinar
PPGEduc – Programa de Pós - Graduação em Educação,
Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares**

Cocar e Universidade: um paradigma híbrido

DALILA GONÇALVES MARTINS

Sob a orientação do Professor
Aloisio Jorge de Jesus Monteiro

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

SEROPÉDICA 2014

370.71

M386c

T

Martins, Dalila Gonçalves, 1985-
Cocar e Universidade: um paradigma
híbrido / Dalila Gonçalves Martins - 2014.
85 f.: il.

Orientador: Aloísio Jorge de Jesus
Monteiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de
Pós-Graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares.

Bibliografia: f. 61-63.

1. Educação - Teses. 2. Índios -
Educação - Teses. 3. Política e educação -
Teses. 4. Miscigenação - Teses. 5.
Educação multicultural - Teses. I.
Monteiro, Aloísio Jorge de Jesus, 1957-.
II. Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Curso de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares. III. Título.



UFRRJ UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares (PPGEduc)

DALILA GONÇALVES MARTINS

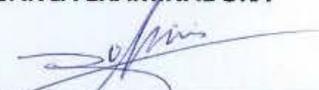
COCAR E UNIVERSIDADE: UM PARADIGMA HÍBRIDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

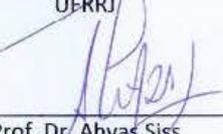
Linha de Pesquisa: Educação e Diversidade Étnico Raciais

Dissertação aprovada em 26/02/2014.

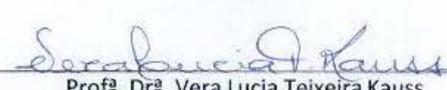
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Aloísio Jorge de Jesus Monteiro (Orientador)
UFRRJ



Prof. Dr. Ahyas Siss
UFRRJ



Profª. Drª. Vera Lucia Teixeira Kauss
UNIGRANRIO

Seropédica (RJ)
Fevereiro/2014

DEDICATÓRIA

À Vitória com amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu orientador Aloísio Jorge Monteiro pela oportunidade de estudar um tema que vislumbra, principalmente, a militância. Agradeço ao padrinho acadêmico Ahyas Siss pelo carinho e paciência nas aulas e nas conversas acadêmicas.

Com muito carinho agradeço, a minha família (meu pai Irnaas, meu irmão Anderson, minha avó Fátima e minha filha Vitória) que, compreensivamente, entendeu minhas ausências e, mais do que eu mesma, acreditou no êxito deste trabalho. Agradeço também ao Leandro e família por cuidarem da Vitoria para mim.

Agradeço à família 19, que ainda me assessora quando preciso: Fabiana, Selma, Sumaya, Giovane. Agradeço também à família 110, que conviveu diretamente com as minhas preocupações e me apoiou nos momentos mais difíceis: Mara, Laura, Karina, Sue Ellen, Lorena e Pâmela. Não poderia deixar de agradecer também aos meus amigos Vinícius Santos, João Carlos Pereira, Juan Carlos Phillips e Rafael Martins que, com sua amizade e atenção, fizeram os momentos mais tensos se tornarem mais palatáveis e divertidos.

Agradeço também a Mariane Del Carmen que durante todo o processo me estimulou e auxiliou na coesão da minha produção acadêmica, sem contar nossa parceria durante todo o curso do mestrado. Assim, agradeço também a Luiza Helena Martins e Diogo Souza pelas horas de conversas e elucubrações referentes a esta pesquisa. Agradeço ao meu amigo Ahmed Roland Zubiante que tão gentilmente me auxiliou com suporte técnico. Finalmente, mas não menos importante, Joshua Dylan que mais uma vez me auxiliou, foi meu interlocutor e agente de reflexão crítica nas circunstâncias cabíveis à Aldeia Maracanã.

RESUMO

MARTINS, Dalila Gonçalves. “Cocar e Universidade: um paradigma híbrido”. 2014. 86 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

Essa pesquisa foi realizada com o intuito de discutir questões como transformação cultural, hibridação, estudos migratórios e movimentos de resistência das etnias, no Estado do Rio de Janeiro. O contexto que contém essas relações no Estado do Rio de Janeiro é a Aldeia Maracanã que é caracterizada como urbana e composta por famílias migrantes de outros estados brasileiros, vítimas dos conflitos de terras. Por ser uma aldeia urbana, seus habitantes têm contato cotidiano com culturas não índias e estrangeiras, sendo possível, a partir deste movimento, uma apropriação e transformação cultural. Partindo desta circunstância, essa pesquisa se propõe a responder acerca de: É possível fomentar o objetivo da “Universidade Indígena” em consonância com a proposta do Estado que é a construção de um “Centro de Referência dos Povos Indígenas” no espaço do palacete do antigo museu do índio, e, será esse projeto capaz de abarcar os protagonismos indígenas? Essa projeção tem como parâmetro a Lei 11.645/2008? Seria capaz de atender ou não às demandas expressas na educação intercultural indígena? Para responder às problematizações acima, a pesquisa é delimitada como qualitativa e privilegia como técnicas de coleta de dados a entrevista semiestruturada e a análise de discurso. O universo desse estudo é constituído pelos indígenas e suas lideranças que permanecem na resistência pela Aldeia Maracanã, no Antigo Museu do Índio, no bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro. Seu recorte amostral compreende cinco lideranças indígenas que residiam nessa aldeia. Tendo como parâmetro as observações etnográficas em que foram descritas as atividades que aconteciam na aldeia, assim como outras narrativas ou fragmentos de narrativas tanto de outros indígenas como de apoiadores. No desenrolar do texto, serão abordadas questões como o histórico do prédio do Antigo Museu do Índio, a revisão literária que corrobora o entendimento do que trata cultura, multiculturalismo, interculturalidade e educação indígena. Em seguida, a discussão sobre a necessidade de se pensar os índios num contexto urbano, abrangendo os fatores contributivos para essa diáspora que são os conflitos e as migrações. Não obstante, a perspectiva indígena é chamada no texto, onde analiso o conteúdo das falas e confronto com os dados registrados no caderno de campo, assim como minha própria experiência em campo. Deste modo, a conclusão é possível, à medida em que a correlação teórica e prática foram estabelecidas, denotando os dados discutidos e refletidos de modo crítico.

Palavras-chave: Educação, Política, Culturas Híbridas, Interculturalidade.

ABSTRACT

MARTINS, Dalila Gonçalves. **“Headdress and University; a hybrid paradigm”**. 2014. 80 p. Dissertation (Master of Education, Contemporary Contexts and Popular Demands) Institute of Education - Multidisciplinary Institute, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

This research was performed in order to discuss issues such as cultural transformation, hybridization, migration studies and resistance movements of ethnic groups in the state of Rio de Janeiro. The context containing these relations in the State of Rio de Janeiro's Maracanã the Village which is characterized as urban, and composed of migrant families from other states, victims of land disputes. Being an urban village, its inhabitants have daily contact with non- Indian and foreign cultures, and you can move from this appropriation and cultural transformation. From this circumstance, this research aims to answer about it is possible to foster the goal of " Indigenous University " in line with the proposal of the State is building a " Reference Centre of Indigenous Peoples " in the space of the ancient palace the Indian's Museum . This projection is based on measuring the Law 11.645/2008? Be able to answer or not to demands expressed in the indigenous intercultural education? To answer questions about, research is outlined as a qualitative and privileges, such as data collection techniques to semi - structured interviews and discourse analysis. The universe of the study consists of the indigenous people and their leaders in the resistance that remain the Maracanã Village, the ancient Indian's Museum, in Saint Kitts neighborhood in Rio de Janeiro. Your sample clipping comprises five indigenous leaders who lived in this village. Having as parameter the ethnographic observations where the activities taking place in the village were described , as well as other narratives, or fragments of narratives both indigenous and other supporters. In the course of the text, will cover topics such as the history of the building of the ancient Indian's Museum, the literature review supports the view that what this is about culture, multiculturalism, interculturalism and indigenous education. Then the discussion about the need for the Indians to think in an urban context, encompassing contributory to this diaspora that are conflict and migration factors. Nevertheless, the indigenous perspective is called in the text, where I analyze the content of speech and confrontation with the data recorded in the field notebook, as well as my own experience in the field. Thus the conclusion is possible, as the practical and theoretical correlation has been established, indicating the data discussed and reflected critically.

Keywords : Education , Politics , Hybrid Cultures , Interculturalism.

Sumário

SUMÁRIO.....	8
1. INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - O MUSEU DO ÍNDIO DO RIO DE JANEIRO E A “ALDEIA MARACANÃ”: EDUCANDO PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	15
CAPÍTULO II - MULTICULTURALISMO, INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO INDÍGENA.....	18
CAPÍTULO III - CULTURA E SEUS PRESSUPOSTOS	26
3.1 CONFLUÊNCIAS ENTRE IDENTIDADES E CULTURAS.....	28
3.2 HIBRIDISMO CULTURAL COMO EMERGÊNCIA CONTEMPORÂNEA.....	31
CAPÍTULO IV - CONFLITOS, DIÁPORA E MIGRAÇÕES.....	34
CAPÍTULO V - PROBLEMATIZANDO A LUTA NA ALDEIA MARACANÃ.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	61
ANEXO I.....	64
ENTREVISTADO 02.....	64
ENTREVISTADA 03.....	71
ENTREVISTADO 05.....	73
ENTREVISTADO 04.....	76
ENTREVISTADO 01.....	79
ANEXO II.....	85
BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL, CITADO NO CORPO DO TEXTO.....	85

“Aqueles que nos apoiam entendem que nós somos um povo sofrido, mas que temos uma grande coragem. Por isso pedimos que eles olhem para os seus filhos e vejam nos olhos deles também os olhos de nossas crianças e que respeitem o nosso povo, no jeito diferente de viver.”

Maura Titihã, Povo Pataxó Hã hã hãe da aldeia Caramuru, Bahia.

1. INTRODUÇÃO

De origem urbana, nasci no centro da cidade de São Paulo e tive a infância dividida entre duas cidades cosmopolitas, que são Rio de Janeiro e São Paulo. Sempre me senti fascinada pela diversidade populacional que habita as duas cidades. Ao ingressar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), morei no alojamento estudantil desta e que foi uma oportunidade ímpar, que proporcionou a minha formação elementos de percepção holística, uma vez que morei com moças de lugares diferentes do Brasil e do mundo, de culturas e formações educacionais diferentes. Essas relações ricas e ao mesmo tempo conflituosas, estimularam o meu interesse pelas relações étnico - culturais. Outro estímulo que recebi foi de minha grande amiga Mariane Del Carmen, que me emprestou livros e artigos que discorriam e discutiam culturas indígenas e políticas públicas. O tema, de fato, chamou minha atenção, e a partir dos conceitos encontrados nos textos que li, me questionei sobre: Como ocorre a hibridação cultural indígena e como o processo é percebido na perspectiva indígena? A proposta desta pesquisa partiu de experiências vivenciadas anteriormente num dos estágios supervisionados da graduação em Pedagogia da UFRRJ, em que percebi a vontade de estudar os grupos de estudantes (como se identificavam e se agrupavam). Neste sentido, desenvolvi alguns textos referentes ao assunto e o que se tornou foco de observação foi a multiculturalidade. Em consonância com esse estágio, participei do Grupo de Educação Ambiental no Jardim Botânico da UFRRJ, e nele, foi possível desenvolver trabalhos sócio-econômicos, e mais uma vez, a multiculturalidade se tornou foco. Os protagonistas dos nossos projetos eram adolescentes e crianças da região de Seropédica - RJ e adjacências. A vontade de estudar cultura, multiculturalidade e o hibridismo cultural se consolidou com a oportunidade de cursar o Mestrado Acadêmico em “Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares”. Este curso oferece a linha de pesquisa “Educação e Diversidades Étnico Raciais”.

Neste caminho, as questões que pretendia tratar neste escrito, *a priori*, versava sobre a transformação cultural, hibridação, estudos migratórios e movimentos de resistência das etnias no Estado do Rio de Janeiro. O contexto em que mais facilmente encontramos essas relações indígenas é a Aldeia Maracanã que é caracterizada como urbana e composta por famílias migrantes de outros estados brasileiros, vítimas dos conflitos de terras. Por ser uma aldeia urbana, seus habitantes têm contato cotidiano com culturas não índias e estrangeiras, sendo possível, a partir deste movimento uma apropriação e transformação cultural. Usando a

interpretação do livro *O Local da Cultura* (Homi K. Bhabha, 1998) o tema denota a evidencia de que a discussão perpassa pela cultura que aparece enraizada num ‘tempo vazio homogêneo’ de modernidade e progresso. Como se a cultura não se movimentasse a ponto de parecer enrijecida e “morta” (sem movimento). A desconstrução desse imaginário social que se equivoca, ao passo que não acompanha a situação contemporânea indígena, deve prestar atenção ao encerramento cultural e étnico pré-estabelecidos numa tradição que aponta para os hibridismos culturais que ‘emergem’ em momentos de transformação histórica.

Um equívoco apontado por Bessa Freire:

(...) equívoco é o congelamento das culturas indígenas. Enfiaram na cabeça da maioria dos brasileiros uma imagem de como deve ser o índio: nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi descrito por Pero Vaz de Caminha. E essa imagem foi congelada. Qualquer mudança nela provoca estranhamento. Quando o índio não se enquadra nessa imagem, vem logo a reação: “Ah! Não é mais índio”. Na cabeça dessas pessoas, o “índio autêntico” é o índio de papel da carta do Caminha, não aquele índio de carne e osso que convive conosco, que está hoje no meio de nós. (Bessa Freire, 2000 p.1 mimeo)¹

O que justifica essa pesquisa é a produção de conhecimento que será resultado deste trabalho, conhecimento esse que tende a desconstruir a imagem arquetípica que o imaginário social apresenta no que tange aos povos originários, como sendo indivíduos nus com cocares na cabeça sustentando uma um arco e flecha. Povos que por sua vez, não poderiam romper com o paradigma equivocado de que são seres enrijecidos e não podem ocupar espaços urbanos, se apropriar de novos conhecimentos em consonância com os saberes geracionais étnicos, pois, deslegitimariam sua origem indígena, numa perspectiva que satisfaz o imaginário social não indígena. Os povos originários no território brasileiro foram espoliados, massacrados, sendo atualmente uma emergência étnica e política a ocupação de espaços de construção de saber e, para além da escola, uma universidade que atenda na produção de conhecimento e a fomentação e estímulos aos posicionamentos políticos, condição necessária para o fortalecimento da diversidade étnica e da efetivação e execução dos direitos de cidadania.

Neste sentido, não se deve pensar a educação indígena de modo que suas idiosincrasias sejam marginalizadas, não há como a educação cumprir seu papel político sem

¹ Palestra proferida no dia 22 de abril de 2002 no curso de extensão de gestores de cultura dos municípios do Rio de Janeiro, organizado pelo Departamento Cultural. Parte dela havia sido tema de uma conferência em 22 de março de 2000, gravada e transcrita pelo Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH), de Manaus (AM).

que a mesma se baseie nas demandas a quem lhe é endereçada. Em vista do objetivo pedagógico preconizado pelos índios da Aldeia Maracanã para fomentação e implementação da “Universidade Indígena”, uma proposta que é aportada nas demandas políticas e culturais e é evidenciada e protagonizada por seus criadores. Partindo desta circunstância, essa pesquisa se propõe a responder acerca de: É possível fomentar o objetivo da “Universidade Indígena” em consonância com a proposta do Estado de construção de um “Centro de Referência dos Povos Indígenas” no espaço do palacete do antigo museu do índio e, será esse projeto capaz de abarcar os protagonismos indígenas? Essa projeção tem como parâmetro a Lei 11.645/2008? Seria capaz de atender ou não às demandas expressas na educação intercultural indígena?

Para responder às problematizações acima, a pesquisa é delineada como qualitativa e privilegia, como técnicas de coleta de dados a entrevista semiestruturada e a análise de discurso proposta por Lupicínio (2004). O universo desse estudo é constituído pelos indígenas e suas lideranças que permanecem na resistência pela Aldeia Maracanã, no Antigo Museu do Índio, no bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro. Seu recorte amostral compreende cinco lideranças indígenas que residiam nessa aldeia. A opção por esse recorte se prende ao fato de que essas lideranças integram o grupo de resistência indígena daquela aldeia. Tendo como parâmetro as observações etnográficas onde foram descritas as atividades que aconteciam na aldeia, assim como outras narrativas, ou fragmentos de narrativas tanto de outros indígenas como de apoiadores.



Foto 1: Imagem em exibição na vila de Coroa Vermelha, em Porto Seguro (BA).
Fonte: Dalila Gonçalves Martins, 2012

No desenrolar do texto, serão abordadas questões como o histórico do prédio do Antigo Museu do Índio, a revisão literária que corrobora o entendimento do que se compreende como cultura, multiculturalismo, interculturalidade e educação indígena. Em seguida, a discussão sobre a necessidade de se pensar os índios num contexto urbano, abrangendo os fatores contributivos para essa diáspora que são os conflitos e as migrações. Não obstante, a perspectiva indígena é chamada no texto, onde no momento da análise do conteúdo das falas e confronto com os dados registrados no caderno de campo, assim como minha própria experiência em campo. Deste modo, a conclusão é possível à medida que a correlação teórica e prática foi estabelecida, denotando os dados discutidos e refletidos de modo crítico, não sendo possível dizer que a conclusão terá um caráter neutro. Afirmo essa posição com a convicção do meu posicionamento político e os fins preconizados desta pesquisa. Entendo, pois, que não me posicionar também é me posicionar, sendo assim, tomou-se partido.

CAPÍTULO I – O MUSEU DO ÍNDIO DO RIO DE JANEIRO E A “ALDEIA MARACANÃ”: educando para a participação política

A aldeia Maracanã havia sido escolhida como *locus* dessa pesquisa por ter características multi e interculturais. Este terreno, que contém um palacete que pertenceu ao Duque de Saxe, foi doado ao Serviço de Proteção aos Índigenas (SPI)² em 1910, sendo, posteriormente, sede do Museu Nacional do Índio. Esta sede foi reinstalada em Botafogo, sendo abandonado o terreno vizinho ao Estádio do Maracanã. Um grupo de índios de origens diversas e vítimas da diáspora causada pelos conflitos de terras que ocorrem em todo o território brasileiro, se instalou neste terreno e abrigou indivíduos e famílias que foram chegando ao estado do Rio de Janeiro. No ano de 2012, famílias originadas de quatorze etnias diferentes, entre elas as pataxó, tukano, apurinã, kaingáng, pankararu, puri, tukano e guajajaras.

Com o advento da Copa das Confederações no ano de 2013, Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, o governo estadual colocou em prática um projeto de reformas físicas nas adjacências do estádio. Essa circunstância implicou reivindicar espaços como o terreno do palacete (Aldeia Maracanã), Escola Municipal Friedenreiche o Estádio de Atletismo Célio de Barros.

Na perspectiva do governo do Estado do Rio de Janeiro, os locais apontados acima significam entraves ao progresso e bom desenvolvimento do projeto de revitalização do estádio do Maracanã. No Caso da Aldeia Maracanã, é ainda mais complicado porque os grupos indígenas ocupam o local desde 2006, não sendo tempo suficiente para a garantia de posse da propriedade. O ano de 2012, para os índio da Aldeia Maracanã, foi marcado pela ameaça constante de despejo, contudo, o apoio da sociedade civil e de alguns parlamentares conseguiu protelar a ação de despejo.

Com o panorama esboçado, a situação culminou numa ação truculenta da polícia no dia 23 de março de 2013, que entrou em confronto com os moradores do local e expulsou de forma vil, os moradores da Aldeia Maracanã, tendo sido registrados casos de violência contra os manifestantes, mulheres, crianças e até idosos. De acordo com reportagens do Grupo Mídia Alternativa, havia crianças e idosos que sofreram com o lançamento de gás de pimenta e bombas de gás lacrimogêneo.

² Serviço de Proteção Aos Índios– (Ver em) FREIRE, C. A. Primeiros Contatos: atrações e pacificações do SPI. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2010.

O grupo sofreu pressão governamental e acabou se dividindo. Algumas famílias que, por medo da ação do governo, aceitaram o acordo e se retiraram para um abrigo na região de Jacarepaguá, aguardando o cumprimento da promessa de receberem um terreno para a alocação de uma aldeia urbana. Essa divisão enfraqueceu o grupo de aldeados. O outro grupo ficou na resistência até a ação do despejo e, sem ter rumo, pediu auxílio para o Museu do Índio localizado no Bairro de Botafogo. Entretanto, esse auxílio foi negado e os índios passaram a contar apenas com a ajuda dos apoiadores da causa e ainda estão pleiteando o direito de retornarem ao terreno do palacete.

Antes de sua retirada, a Aldeia Maracanã era habitada por uma diversidade étnica cultural considerável e o que chama a atenção é que viviam em contato cotidiano e em ambiente de constante interação cultural o que, via de regra, não acontece que sempre, pois, em outros espaços, onde a competição por território, por exemplo, não permite que essa interação se manifeste. Dessa diversidade de contatos e de culturas presentes na Aldeia Maracanã parece resultar uma convivência multicultural, a princípio, harmoniosa. Daí surgirem algumas questões como: Como eram seus rituais? Eram diversificados ou foi criado um que se adequasse a todas simultaneamente? Creio que, aqui, conceitos de hibridismo cultural, de multi e de interculturalidade possam oferecer significativas contribuições para a compreensão dessa situação de prolongados contatos culturais. “Parto de uma primeira definição: entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas.” Canclini (2011). Neste sentido:

[A simultaneidade] Ela concebe o tempo como algo próximo ao que Benjamin denomina ‘tempo messiânico’, uma simultaneidade de passado e futuro, em presente instantâneo. Nessa visão das coisas, a palavra ‘entrementes’ não pode ter nenhum significado.
(Benedict Anderson, 2008 p. 54)

A questão é complexa, portanto, por abarcar conceitos e concepções que não devem ser lidos e discutidos separadamente. Cabe uma hermenêutica que seja derivada de uma discussão dialética capaz de delinear fortes alicerces teóricos que fortaleçam a legitimidade da necessidade de se perceber que cultura é, sobretudo, um movimento fluido. Os aportes da teoria do hibridismo cultural que serão aqui discutidos, perpassam a interpretação de que

Nenhuma cultura existe em ‘estado puro’, sempre igual a si mesma, sem jamais ter sofrido a mínima influência externa. O processo de aculturação é um fenômeno universal, mesmo que ele tenha formas e graus muito diversos. (...) Toda cultura é um processo permanente de construção e reconstrução.
(CUCHE, 2002 P.136-137)

O grupo da resistência conseguiu retomar o palacete em 5 de agosto de 2013. Isso aconteceu devido às fortes e marcantes manifestações da sociedade civil do Rio de Janeiro. A população foi em peso às ruas mostrando a indignação principalmente no que se refere aos gastos públicos com os grandes eventos. Neste sentido, a opinião pública pressionou o Governo do Estado, e não só o do Estado, também o Governo Federal, uma vez que as manifestações tiveram uma amplitude nacional. Assim, o Governador do Estado Sérgio Cabral, voltou atrás e refez os acordos com o consórcio responsável pela reforma e revitalização do Complexo Desportivo do Maracanã. Apenas os Laboratórios de Sementes não serão preservados. Contudo, o futuro da Aldeia ainda parece incerto. O Governo prometeu a não demolição do prédio e a construção de um Centro de Referência dos Povos indígenas, porém as negociações parecem estar num patamar incipiente, ainda não se chegou a um consenso e isso é decorrente de uma tríade de interesses apontados pelo Governo, Grupo da Resistência e o Grupo de Jacarepaguá.



Foto 2 disponível na rede social Facebook Aldeia Rexiste: [facebook.com/aldeia.rexiste?fref=ts](https://www.facebook.com/aldeia.rexiste?fref=ts)
Fonte: Autor desconhecido

CAPÍTULO II – MULTICULTURALISMO, INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO INDÍGENA



Foto 3: Imagem em exibição no Museu do Índio em Brasília (DF)
Fonte: Dalila Gonçalves Martins, 2012.

O delinear histórico indígena a partir da colonização é permeado por conflitos políticos numa dicotomia entre coroa portuguesa e os interesses eclesiásticos. Neste sentido, as inter-relações entre as populações autóctones e os estrangeiros são evidenciadas por interesses temporais. Na historiografia, é possível perceber que, à medida que as leis portuguesas foram instauradas, as mesmas demoravam a ser assimiladas na colônia, ao passo que, quando eram reconhecidas, os senhores de terras se articulavam e conseguiam reverter as leis que [por ventura] favorecessem os índios. Os conflitos, embates e espoliações imputados aos índios chegam aos dias atuais com uma (re) significação política e com uma configuração que salienta as demandas culturais contemporâneas que é caracterizada por hibridações e multiculturalismos.

Precisamos [sobretudo] reconhecer que as situações pelas quais os índios brasileiros passam são específicas. Eles estão majoritariamente instalados em suas terras, vivendo da agricultura, da caça da pesca e da coleta, da venda de alguns produtos naturais (castanha, óleo de copaíba, peixe) ou fabricados ou

catados (artesanato, farinha, ouro, pedras preciosas). Muitos já se instalaram nas cidades e vivem em condições de pobreza – alguns, porém, empregados -, criam seus filhos no sistema cultural dominante da sociedade brasileira, mas tentam manter sua identidade e transmiti-la com dignidade para seus filhos e descendentes. (GOMES, 2012 p.13)

O contexto é percebido à medida que é possível vislumbrar que as demandas indígenas estão sendo discutidas e, assim, como a Aldeia Maracanã, esboçam as lutas e as articulações indígenas em prol da conquista e garantia de seus direitos. Ao voltarmos às leis, infelizmente, percebemos que a posse da terra por suas respectivas etnias foi garantida para contornar ou garantir os interesses dos senhores de terras e da coroa portuguesa. Um problema enfrentado contemporaneamente, com características diferentes. Esse tema será abordado no capítulo IV. O que de fato interessa no momento é que:

São os jovens indígenas, em sua maioria, que vivem nas cidades que hoje comandam o movimento indígena com forte teor político, aos moldes das organizações políticas e não governamentais brasileiras, com demandas por recursos, empregos e oportunidades educacionais, por novos espaços na sociedade brasileira, por mais respeito pessoal, pela garantia de direitos já rezados na nossa Constituição e por novos direitos. (GOMES, 2012 p.14)

Quando Gomes traz a tona esse dado em seu livro, salienta que a contemporaneidade e os agentes midiáticos, tecnológicos dão conta de disseminar informações em tempo real e que as informações transcendem os espaços urbanos e não índios. Por exemplo, por meio das redes sociais é possível mobilizar os “parentes” para uma manifestação ou ocupação de algum espaço reivindicado por determinada etnia.

Um exemplo dessa articulação é a procura pela formação de professores para lecionarem em suas comunidades; outro, são os encontros para a discussão dos territórios étnico-educacionais, [pesquisa de Mariane Del Carmen]; as formas de lutas e mobilizações frente aos dissabores enfrentados por outros “parentes”, trata-se, portanto, da ressonância da necessidade do engajamento político para neutralizar políticas hegemônicas e avançar nos direitos sociais e étnicos. Esses jovens detêm identidades que corroboram sua cultura em consonância com uma hibridação cultural da qual, se apropriam para [dentre os objetivos] se fortalecerem politicamente. Para Woodward (2012 p.11) “A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças – neste caso entre grupos étnicos – são vistas como mais importantes do que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares.” A identidade neste sentido é sem dúvida múltipla, uma vez que um indivíduo é, por exemplo, jovem do sexo masculino, pertencente à etnia Guarani Mbyá, morador de uma

determinada aldeia localizada no litoral do estado do Rio de Janeiro. Em contrapartida, outro jovem, do sexo masculino, negro, morador de uma comunidade da Baixada Fluminense. Nestes dois exemplos, é possível perceber que são indivíduos diferentes com culturas e demandas diferentes e que coexiste em comum o fato de não serem brancos e serem moradores do estado do Rio de Janeiro. As questões sociais e as perspectivas vivenciadas pelos dois jovens passam por fatores também simbólicos de identificação social. Essa simbologia é, sobretudo, cultural. São jovens com culturas diferentes e posicionamentos políticos diferentes e desta forma:

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são ‘vivas’ nas relações sociais. (Woodward, 2012 p. 14)

O que chama atenção neste conceito de identidade e significação é a existência do conceito de multiculturalismo. Recorrendo a Hall (2009 p.50) “Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade original.” Hall aponta, sobretudo, que o multiculturalismo é uma emergência proveniente da globalização, em que os interesses e relações podem se misturar ao passo que também podem se desfazer. “A globalização é, em termos filosóficos, o paradoxo de estabelecer e demolir fronteiras, simultaneamente. Em relação a isso eu terei em mente não só fronteiras físicas e geográficas, mas também intelectuais e culturais.” (RAMOS, 2010 p. 177) Assim, podemos imaginar um grande círculo social que é permeado por diversidades étnica, econômica, religiosa, cultural e, nesta prerrogativa, é a forma como a política será construída e instaurada para dar conta das demandas que, por se apresentarem múltiplas, são por sua vez, reflexos do indivíduo que se diz de muitas formas, de acordo com Aristóteles (2002), o ser é multívoco. Essa polifonia reverbera os interesses em variadas perspectivas. Desta forma adentramos no contato entre culturas que por alguma razão se aglutinaram.

Eleita a Aldeia Maracanã como foco da discussão, o seu contexto viabiliza discutir como esse contato cotidiano intercultural é possível, principalmente quando é constituído por interesses políticos. De acordo com FREIRE (2000), “É justamente o resultado da relação entre culturas, da troca que se dá entre elas. Tudo aquilo que o homem produz em qualquer

cultura e em qualquer parte do mundo - no campo da arte, da técnica, da ciência”. Logo, pensar em interculturalidade é discutir como as identidades múltiplas, multiculturais cotidianamente conseguem fazer da interculturalidade o pressuposto de sua (co) habitação. Pensar que o que levou os índios para a mobilização em prol do direito ao território e por outros em questão, é, em suma, uma tentativa de justificar o injustificável, uma vez que a interculturalidade corrobora as inter-relações e está em consonância com as questões geográficas, políticas, filosóficas e, atualmente, esse fenômeno tem uma anunciação maior, por que está aportado num outro fenômeno que o ajuda a transcender quaisquer obstáculos, esse fenômeno é a globalização. Tendo em vista que as migrações, relações econômicas (dentre outras) potencializaram essa dispersão de informações, proporcionando uma ponte de saberes entre culturas e sociedades. Esse contato é um fenômeno ontológico em que a apropriação de aspectos culturais alheios pressupõe uma assimilação de saberes e não uma dissociação de sua própria cultura. Para Canclini (2009, p. 17) “ambos os termos implicam dois modos de produção do social: *multiculturalidade* supõe aceitação do heterogêneo; *interculturalidade* implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflitos e empréstimos recíprocos”.

As etnias que por vários fatores estão deixando ou sendo expulsos de suas terras, migram em busca de uma segurança que (sabemos) não lhe foi garantida. A reconfiguração de suas necessidades são reflexos históricos e de um panorama que pressupõe uma (re) significação de suas demandas e suas perspectivas futuras. Neste sentido, não é neutra a reivindicação por uma educação indígena, que se utilize do aparato governamental e de fomento e construção dos projetos políticos pedagógicos pelos próprios protagonistas do processo. Sem dúvida é de fato uma complexa relação estabelecida entre as emergências educacionais e as propostas étnicas e as propostas governamentais. As disputas étnicas, nesta circunstância, são inevitáveis uma vez que, culturalmente expostas, são dissonantes, embora tenham em comum a necessidade de escolarizar suas crianças de forma que estas transcendam os saberes escolares, sendo também espaço de formação política. Essa coadunação de áreas que compõem política, educação e economia são a tríade de formação do pensamento que fomenta os movimentos sociais, assim como:

Os atores dos movimentos indígenas sabem que a desigualdade tem uma dimensão cultural, e os mais informados sobre a constituição das diferenças sabem que esta reside, mais do que nas características genéticas ou culturais essencializadas (língua, costumes herdados e imutáveis), em processos históricos de configuração social. (...) na medida em que a desigualdade social se lhes afigura imutável, alguns movimentos étnicos tendem a

concentrar-se nas diferenças culturais ou até mesmo genéticas. (CANCLINI, 2009 p.57)

Isso corresponde à base fomentadora do movimento, entretanto o desenvolvimento de suas ações e estratégias depende da interpretação e visão de mundo que aglutina os componentes do movimento social. Nesta perspectiva, “(...) intercultural, propõe um tratamento igualitário da diversidade, sem sobreposição da cultura dominante sobre outra subordinada. O avanço deste modelo está em tratar a diferença como fator enriquecedor e não como obstáculo.” (PALADINO, 2012 p. 17) Entender a interculturalidade é uma saída fluida para desdobrar as Políticas Públicas específicas.

Cabe a partir destas discussões, evidenciar uma emergência étnica. A formação no ensino superior é a forma de participar e de alguma forma construir uma educação indígena que atenda às demandas societárias. Desta forma, o professor que adentra nas aldeias para escolarizar não é só um agente estatal que validará o ensino aprendizagem por meio dos mecanismos pedagógicos vigentes, mas, sobretudo, terá condições de desenvolver uma pedagogia transdisciplinar que abarque também os conhecimentos intergeracionais, os saberes populares; em suma, a manutenção de suas tradições culturais. Na Bolívia, a necessidade da descolonização tanto política-econômica, social como foi uma emergência societária e demandada pelos movimentos de base. Sua perspectiva é que a educação deveria ser revista e repensada para se alcançar o desenvolvimento.

En el discurso culturalista, es posible encontrar dos corrientes, que se relacionan entre ambas por el tema de la cultura como eje central de las criticas y de las propuestas sobre el desarrollo. La primera es la corriente que planta la decadencia del desarrollo, y que tiene entre sus principales planteamientos, la oposición radical al desarrollo, la postura crítica frente a la ciencia, y la defensa de los movimientos alternativos de base. La segunda corriente está vinculada al planteamiento de las naciones y pueblos indígenas originarios campesinos de América Latina y el Caribe, que a partir de un posicionamiento histórico frente a los procesos de colonización y neo colonización: y en la perspectiva de la reconstitución de sus territorios y sus cosmovisiones de vida plantean un nuevo paradigma civilizatorio que en el caso boliviano se configura en la categoría del “Vivir Bien”. (LARREA, 2012 p. 49-50)

Na Bolívia, a concepção de desenvolvimento está atrelada a um desenvolvimento holístico, de forma que as ações não devem ser paliativas, mas sim concisas com a intenção precípua de desenvolver a sociedade boliviana como um todo. Parte do cuidado de se fazer a política e não se equivocar considerando:

La contradicción del planteamiento de la intraculturalidad es que está referida solo al ‘interior de las culturas’ nacionales cuando estos principios y valores adquieren plena vigencia en un contexto de la crisis de valores y principios en el mundo globalizado y desarrollado. Restringir la intraculturalidad solo al interior de las culturas podrían convertirse en políticas neocoloniales para mantener la dominación colonial. (LARREA, 2012 p. 103)

Trata-se, então, de viabilizar os mecanismos de desenvolvimento entrevedo a educação como uma estimuladora de um processo, contudo, sem fazer a educação desvinculada dos preceitos étnicos e culturais, o que é uma violação ao tradicional e ao que pode ser movimentado culturalmente. Temporalmente, as emergências pessoais identitárias se movimentam e se (re) significam, desta forma, é um cuidado complexo construir uma política pública que pressuponha um desenvolvimento sem violar os direitos e demandas sociais. Portanto, uma reivindicação demandada pela sociedade pode ser um fator mensurador para a efetivação política e a não marginalização dos grupos sociais. Com efeito, parece evidente que:

Então, que há diferentes sentidos do conceito de interculturalidade que estão relacionados com posicionamentos e projetos políticos, éticos e filosóficos diversos. Uma abordagem que nos parece interessante – reivindicada crescentemente por movimentos sociais – é a de que a educação intercultural não deve apenas ter por alto as populações indígenas, os afrodescendentes e outras minorias presentes no país, mas deve atingir toda a população nacional. Nesta abordagem, conhecimentos tradicionais desses povos também devem, de alguma forma, ser oferecidos a todos. (PALADINO, 2012 p. 18)

Trata-se, portanto, do entendimento de que a educação intercultural vigente está equivocada, ao passo que ocorre a subalternização cultural e essencialização das populações indígenas, assim como da sua forma de fazer educação. É perceber que os povos originários têm muito a oferecer no movimento de difusão de conhecimentos. O que ocorre é a imposição de uma educação rígida, fixa em conceitos hegemônicos. Fato que avanços aconteceram como o exemplo da Lei 11. 645 que institui a obrigatoriedade da inclusão das histórias da África, dos afrodescendentes e dos povos indígenas na educação básica. Resta saber se a Lei está sendo respeitada, se os profissionais da educação estão se preparando para oferecer uma ação pedagógica com qualidade e que dê conta de respeitar as diretrizes da lei. E, no que tange à educação básica, com efeito, parece que deveria haver uma preocupação por parte dos profissionais da educação em entender que “o conceito de cultura conserva atualmente toda a sua utilidade para as ciências sociais. A desconstrução da ideia de cultura subjacente aos

primeiros usos do conceito, marcada por um certo essencialismo e pelo ‘mito das origens’ supostamente puras, de toda a cultura, foi uma etapa necessária e permitiu um avanço epistemológico. A dimensão relacional de todas as culturas pôde assim ser evidenciada.” Cuche (2002 p. 238).

A importância dessa abordagem impera na observação da forma de educar indígena. A oralidade é, em suma, o fazer pedagógico indígena. Não se trata de afirmar as sociedades autóctones como sociedades ágrafas, até porque seria um equívoco que invisibiliza a significação de códigos semióticos, semióforos³ e signos gráficos que foram e ainda são (em muitos caos) a forma de escrita de sociedades autóctones. Cabe perceber que a oralidade é o conhecimento intergeracional e fluido. Assim:

Porque ler para os habitantes da cultura oral é escutar, mas essa escuta é sonora. Como a dos públicos populares no teatro e ainda hoje no cinema de bairro, com seus aplausos e assobios, seus soluços e suas gargalhadas. Leitura, enfim, na qual o ritmo não marca o texto, mas o grupo, e na qual o lido funciona não como ponto de chegada e fechamento do sentido, mas ao contrário, como ponto de partida, de reconhecimento e colocação em marcha da memória coletiva, uma memória que acaba refazendo o texto em função do contexto, *reescrevendo* ao utilizá-lo para falar do que o grupo vive. (MARTÍN-BARBERO, 2009 p.154)

Assinalar o movimento dos conhecimentos que ganham vida nas narrativas e têm alcance filosófico, moral, ético, prático. Interessante vislumbrar as formas de aprendizagem que transcendem a teoria, conseguem, de fato, ser transdisciplinares à medida que contextualizam as histórias com a necessidade prática de aprendizagem de determinada temática, seja ela presente em qual esfera for. É evidenciar que a interculturalidade pode viabilizar através, ou não, de processos de hibridação cultural, formas de fazer pedagogias calcadas na clivagem identitária tanto das escolas básicas, quanto das escolas indígenas. Corroborar os conhecimentos dialogando com as histórias dos povos constituintes da nação, da situação atual e, de maneira crítica, evidencias os ônus e os bônus da globalização. O que Mogobe Ramose (2010 p.193) analisa que “apesar da globalização, da internacionalização e da universalização serem conceitos distintos, na prática todos partilham a meta comum de procurar homogeneizar o globo. A homogeneização implica, na melhor das hipóteses, o

³ Conjunto de coisas permeadas de força simbólica, signos de poder e prestígio. Significação, caracterizando como um traço fundamental, que o faz precioso – a sua idiosincrasia. Aspéctos decisivos para que transcenda o produto de efeitos de significação dentro dos sistemas, é propriedade daqueles que detém o poder para produzir e fazer manutenção desses sistemas.

desmantelamento metafórico das fronteiras”. Neste sentido, o que permanece são as fronteiras invisíveis que segregam de acordo com a identificação social, econômica, étnica e política.

CAPÍTULO III – CULTURA E SEUS PRESSUPOSTOS

Como ocorrem os processos de construção cultural e identitário aos quais cada grupo está sujeito? De acordo com Chauí (2006), o termo identidade pode ser entendido como conjunto de características que funcionam como emblemas que diferenciam uma pessoa, um grupo, uma sociedade. A identidade cultural e social é uma construção decorrente do processo civilizatório, isto é, os fatores podem significar e ressignificar ao longo do tempo. Neste sentido:

(...) Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. (LARAIA, 2001, p. 101)

Dialogando com Laraia (2001) e Elias (2011), dentro das sociedades existe heterogeneidade, sendo assim, as aldeias apresentam sistemas culturais idiossincráticos e estão imersas em suas próprias particularidades. Num sentido holístico, a sociedade é composta pela diversidade étnica, religiosa, econômica e social. Devido a sua complexidade, é possível recorrer à ótica que explica:

O processo específico de “crescimento” psicológico nas sociedades ocidentais, que com tanta frequência ocupa a mente de psicólogos e pedagogos modernos, nada mais é do que o processo civilizador individual a que todos os jovens como resultado de um processo civilizador social operante durante muitos séculos, são automaticamente submetidos desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau e com maior o menor sucesso. (ELIAS, 2011 p.15)

Então, parece complexa a interligação entre construção cultural e identidade coletiva, além do processo civilizatório. Portanto, o panorama formulado, sobretudo acerca das concepções acima evidenciadas, remete a discussões que percebem as escolas dos movimentos sociais como frutos de mobilização e organização social e é atual a presença das escolas do campo que se apresentam com a filosofia da educação pautada em práticas pedagógicas emancipatórias. Entretanto, nem todas as comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras e outros têm sua escola; sendo assim, se torna necessária a inserção destes alunos em

escolas urbanas. Na ótica formativa cultural, cabe chamar ao diálogo a definição filosófica acerca da concepção de cultura.

Cultura é, pois, a maneira como a qual os homens se humanizam e, pelo trabalho, desnaturalizam a natureza por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística. O trabalho, a religião, a culinária, o vestuário, o mobiliário, as formas de habitação, os hábitos à mesa, as cerimônias, o modo de relacionar-se como os mais velhos e os mais jovens (...). (CHAUÍ, 2006 p.113)

Aponta-se, para a explicitação da importância do estabelecimento das inter-relações e a construção e transmissão cultural através da educação como forma de difusão de saberes e instituintes identitários individuais e sociológicos. Marilena Chauí disserta no sentido de conceituar a cultura, dialoga com outros filósofos e conclui que cultura é um conceito que passou por mudanças ao longo dos séculos, ou seja, não deve ser encarada como conceito imutável, e sim concepção tal como a humanidade se ressignifica e evolui condicionando novos entendimentos. Segundo Laplantine (2003), “a cultura é o conjunto de comportamentos, saberes e saber fazer característicos de um grupo humano ou de uma sociedade dada, sendo essas atividades adquiridas através de um processo de aprendizagem, e transmitidas ao conjunto de seus membros”.

Pode-se perceber que o processo de socialização e aglutinamento por afinidades entre pares é forma de construção coletiva e de atenuação das crises geradas pela transição entre fase infantil e adulta que perpassam tanto pela fisiologia quanto pela percepção psíquica de locação na sociedade. Então, a construção cultural é mutável e essa problematização considera as condições sócio culturais que permeiam as aldeias, uma vez que interagem e fazem parte do circuito urbano, ou seja, convivem com fatores cosmopolitas. Denys Cuche avalia como:

Ora, na construção cultural, o que vem primeiro é a cultura do grupo, a cultura local, a cultura que liga os indivíduos em interação imediata uns com os outros, e não a cultura global da coletividade mais ampla. O que se chama de ‘cultura global’ é o resultado da relações entre grupos sociais que estão em contato uns com os outros e, logo, do relacionamento de suas próprias culturas. (CUCHE, 2002 p. 107)

Isso quer dizer que os fatores contributivos para a formação cultural, identitária e social individualmente, transcendem fatores genéticos e geográficos, na verdade, cabe dizer que a formação cultural é resultado de uma confluência de agentes interventores que se coadunam e amalgamam influenciando tenazmente na clivagem identitária dos indivíduos.

Fato é que, frente às circunstâncias sociais, essas características resultantes podem ser atenuadas ou acentuadas.

3. 1 Confluências Entre Identidades e Culturas

Stuart Hall (2006) chama a atenção para a necessidade que permeia os constituintes governamentais na tendência de homogeneizar culturalmente a população com a intenção de inculcar um sentimento de pertencimento ao estado/nação.

Esses novos aspirantes ao *status* de “nação” tentam construir estados que sejam unificados tanto em termos étnicos quanto religiosos, e criar entidades políticas em torno de identidades culturais homogêneas. O problema é que elas contêm, dentro de suas “fronteiras”, minorias que se identificam com culturas diferentes. (HALL, 2006, p. 93)

No Brasil, um país de extensão continental, receptor de populações diaspóricas decorrentes de diferentes períodos históricos como a escravidão e a recepção dos europeus para suprir mão de obra trabalhadora, há uma diversidade étnica considerável. Desta concepção de identificação e pertencimento individual ao coletivo nacional remete ao entendimento de que não é uma identificação genética e sim um essencialismo que é a finalidade e uma imposição cultural. Desta forma, para Hall:

Essencialmente, presume-se que a identidade cultural seja fixada no nascimento, seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linhagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu mais interior. É impermeável a algo tão “mundano”, secular e superficial quanto uma mudança temporária de nosso local de residência. A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades – os legados do Império em toda parte – podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento – a dispersão. (HALL, 2009, p.28)

Então, Hall aponta para uma questão que passa furtivamente pelas discussões culturais, como se essa internalização de pertencimento fosse natural ao passo que, invariavelmente, sua primeira identidade seja a nacional. O que acontece aos povos originários de forma velada e deve-se prestar atenção é a imposição cultural e política que invisibiliza o contexto com o qual esses povos viveram até então. Essa situação é a continuação de um processo de espoliação e expropriação que perpassa por questões como territoriais, políticas, educacionais, culturais e outras. O cuidado, entretanto, que se deve

observar é que individualmente, existem processos identitários diferentes. Trata-se de pontuar que o indivíduo não deixa de ser índio porque usa roupas, frequenta escolas, trabalha fora de sua aldeia e por ser consumidor, a questão é a percepção de que seu interesse deriva de ser um contato e passa para a apropriação de conhecimentos, tecnologias que, por exemplo, os não índios têm.

O movimento por apropriação cultural é pertinente, pois é o que Canclini (2011) chama de “Cultura Híbrida”. “Parto de uma primeira definição: entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas.” Então, é perfeitamente cabível a confluência cultural acontecer e, assim como a identidade coletiva, a individual ser contemplada com um sentimento de pertencimento que transcende o essencialismo, o qual é persistente dado a manutenção do imaginário social que, por sua vez, tem sua formação mantida pela ação educacional e midiática. E, Canclini (2011) mostra que “Quando se define uma identidade mediante um processo de abstração de traços (língua, tradições, condutas estereotipadas), frequentemente se tende a desvincular essas práticas da história de misturas que se formaram”. Essas misturas são conflituosas, pois, vão contra o paradigma que cerceia os sujeitos étnicos ao essencialismo. Essa movimentação histórica é uma demanda do mundo globalizado, onde as relações estão imbricadas e onde as questões econômicas implicam dialogar e negociar com o mundo externo à sua noção de pertencimento. Discutir identidade é importante, sem marginalizar, a multiface que um indivíduo pode ter, por exemplo: um homem é pobre, é também morador de favela, é também estudante de um curso noturno, é também gay entre outras identidades que este homem pode ter; então, este homem é um ser com identidades múltiplas, categorizado de forma diversificada nas noções predicativas. Neste sentido, a identidade é uma multiface, em que individualmente, pode-se ter o pertencimento ao grupo, a situação, ao estigma. Então, seria uma discussão aporética, pois seria um diálogo incapaz de perceber a complexidade que permeia a questão identitária.

A partir desta concepção identitária, Canclini (2011) diz que “Em um mundo tão fluidamente interconectado, as sedimentações identitárias organizadas em conjuntos históricos mais ou menos estáveis (etnias, nações, classe) se reestruturam em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais”. O que não se pode passar como irrelevante são as narrativas que compõem o panorama circunstancial, o que Walter Benjamin chama de contar a história a contrapelo. Trata-se de investigar a história dos oprimidos ao invés da opção pelo conformismo da história contada pelas camadas hegemônicas. Neste sentido,

escavar os escombros é perceber o que estava oculto e tomar como base o passado assombroso preenchendo as lacunas que permaneciam inexplicáveis e a partir deste encontro com a gênese confrontada do coletivo, produzir novos conhecimentos e fomentar ações que possam sobrepujar o que foi e ainda é barbárie. Bhabha (1998 p.34) diz que “Isso porque o crítico deve tentar apreender totalmente e assumir a responsabilidade pelos passados não ditos, não representados, que assombram o presente histórico”. Uma vez que, a sobreposição racial (racismo) continua fazendo parte do discurso de dominação e espoliação. Hall (2009 p.43) afirma que a cultura “(...) não é uma ‘arqueologia’. A cultura é uma produção (...). Depende de um conhecimento de tradição enquanto ‘o mesmo em mutação’ e de um conjunto efetivo de genealogias.” Hall deixa claro que as tradições estão a serviço do movimento humano e não o movimento humano preso às tradições ou deveria ser assim. Neste sentido, Bhabha se mostra apreensivo quando diz que:

O extremismo odioso do nacionalismo sérvio prova que a própria ideia de uma identidade nacional pura, “eticamente purificada”, só pode ser atingida por meio da morte literal e figurativa, dos complexos entrelaçamentos da história e por meio das fronteiras culturalmente contingentes na nacionalidade (nationhood) moderna. (BHABHA, 1998 p.24)

A preocupação de BHABHA concerne à possibilidade de a luz do discurso de cultura unificadora nacional, a supremacia cultural hegemônica se sobreponha às minorias. Essa possibilidade é uma forma de se instituir, mais uma vez, a barbárie contra os já oprimidos. No que concerne aos povos indígenas, segundo a premissa que:

A primeira ideia que a maioria dos brasileiros tem sobre os índios é a de que eles constituem um bloco único, com a mesma cultura, compartilhando as mesmas crenças, a mesma língua. Ora, essa é uma ideia equivocada, que reduz culturas tão diferenciadas a uma entidade supra-étnica. O Tukano, o Desana, o Munduruku, o Waimiri-Atroari deixa de ser Tukano, Desana, Munduruku e Waimiri-Atroari para se transformar no “índio”, isto é, no “índio genérico”. Alguém aí pode objetar: - Ah, mas existe também “europeu” como uma denominação genérica que engloba vários povos de línguas e culturas diversas e ninguém questiona isso. É verdade. No entanto, quando um português ou um francês dizem que são europeus, essa denominação genérica não apaga a particular. Eles continuam sendo, cada um, português ou francês. No entanto, no caso do “índio”, o equívoco está em que o genérico apaga as diferenças. O “índio” deixa de ser Tukano, Desana, etc. para se transformar simplesmente no “índio”. (BESSA FREIRE, 2000 p.4 mimeo)¹

Então, como estabelecer uma cultura que dê conta de ser denominada nacional? Com o exemplo da aldeia Maracanã é possível visualizar a expropriação a vista da mídia, da população e ainda os poderes hegemônicos afirmam ser essa expropriação necessária para o bem da nação. Essa aldeia urbana é vizinha do maior estádio de jogos de futebol do Brasil, neste sentido, com o advento de ser o Brasil anfitrião da Copa das Confederações e dos Jogos Olímpicos nos próximos anos, há uma legitimação do poder público em se utilizar da terra indígena e do terreno de uma escola na adjacência do estádio para fazer um estacionamento. Neste viés de governabilidade, a intenção hegemônica perpassa por outra forma de barbárie, a contemporânea, que tem como justificativa a unidade nacional e o progresso.

3.2 Hibridismo Cultural Como Emergência Contemporânea

Em decorrência dos processos diaspóricos, seja qual for sua origem, ocorrem os hibridismos culturais, sendo a hibridação uma forma de apropriação das experiências do novo sem, contudo, perder os aspectos culturais que pertenciam aos indivíduos à *priori*. Após o indivíduo se instalar, se adaptar e estabelecer vínculos emocionais com as pessoas que após a mudança, agora compõem o círculo de convivência local, este, mesmo que retorne ao local de origem, embora seja possível e pertinente o desejo de retorno, não apresentará a mesma identidade cultural que apresentava antes da mudança. Isto é, trata-se de, após a mudança, o indivíduo apresentar uma identificação cultural dicotômica e entrelaçada. A tentativa de manter a subjacência cultural indígena pode ser interpretada a partir do essencialismo da imagem:

A enunciação da diferença cultural problematiza a divisão binária de passado e presente, tradição e modernidade, no nível da representação cultural e de sua interpelação legítima. Trata-se do problema de como, ao significar o presente, algo vem a ser repetido, recolocado e traduzido em nome da tradição sob a aparência de um passado que não é necessariamente um signo fiel da memória histórica, mas uma estratégia de representação da autoridade em termos do artifício do arcaico. (BHABHA, 1998 p. 64)

É nesta prerrogativa que o autor aponta o encerramento cultural e étnico pré-estabelecidos numa tradição e chama atenção para os hibridismos culturais que “emergem” em momentos de transformação histórica. Portanto, para o autor, importa a apropriação da cultura colonizada e a partir de um senso (dominador) transformar o signo cultural em um não-senso, para que não limite a diferença cultural. Essa limitação legitima o poder hegemônico por meio de um reconhecimento simbólico.

Às vezes, isso ocorre de modo não planejado ou é resultado imprevisto de processos migratórios, turísticos e de intercâmbio econômico ou comunicacional. Mas frequentemente a hibridação surge da criatividade individual e coletiva. Não só nas artes, mas também na vida cotidiana e no desenvolvimento tecnológico. (CANCLINI, 2011 p.XXII)

Então, as culturas híbridas podem derivar de diversos processos e acontecer de formas diversificadas, é, portanto, uma sofisticação da cultura que, disposta a se apropriar de outros conhecimentos e experiências estimula novos comportamentos e novas expectativas. Não há perdas nesse processo dialético e as relações se mantêm com facilidade. No Brasil, as linhas de crédito e incentivos à inclusão digital, abrem brechas nas barreiras econômicas que funcionam como fatores limitantes da comunicação. Como a facilidade no consumo de tecnologia comunicacional, as inter-relações nas aldeias transcendem as geracionais e entre pares, apreendem oportunidades de conviver mesmo que virtualmente com outras imagens de culturas, educações, expectativas, demandas entre outras possibilidades.

O que importa salientar neste aporte, Hall (2006 p.65) delinea a questão dizendo que “Assim, quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para ‘costurar’ as diferenças numa única identidade.” A necessidade é discernir se a cultura está sendo deslocada por ser uma demanda natural de origem diversa ou se é um fomento para a cultura nacional se sobrepor às demais se utilizando, por exemplo, da instituição de festas populares, impondo datas e locais, destituindo o povo dessa produção e manutenção cultural.

Existe, portanto, um fator que em coadunação com as questões territoriais acentuam as disparidades entre os povos indígenas e os não indígenas e criam circunstâncias, nas quais os povos subalternizados questionam sua situação e a ação do Estado e dos grandes produtores agropecuários que contribuem de forma significativa para essa dominação cultural que tem sua gênese na estrutura de tutela dessas populações, retirando assim, sua autonomia, sua posse da terra e recebendo políticas públicas que não condizem com suas demandas e suas diferentes dimensões. Trata-se então, da:

(...) Constatação de que os Territórios Indígenas não correspondem às divisões político-administrativas do Estado Nacional e que as bases do Regime de Colaboração que orientam a atuação dos Sistemas de Ensino não possibilitam que a territorialidade dos povos indígenas seja considerada na

gestão das políticas públicas de educação, tendo como consequência a não efetividade dos dispositivos constitucionais. (PALADINO et al. 2012 p.85)

Essa relação estabelecida entre territorialidade, migração e educação discutiremos a seguir.

CAPÍTULO IV – CONFLITOS, DIÁPORA E MIGRAÇÕES

As migrações, em suas diferentes dimensões, abarcam um fenômeno mundial e compõem o desenvolvimento humano. Este fenômeno é estabelecido embasado numa relação cronotópica⁴ que, por diferentes razões, impulsiona as migrações. Antes da agricultura, se migrava à procura de alimentos, nos dias atuais esse fenômeno aparece como reflexo das guerras, catástrofes naturais, entre outras circunstâncias, como os conflitos étnicos que funcionam como catalisadores das diásporas. Para Lechner “Ao mesmo tempo que o progresso das comunicações facilita a mobilidade das populações e a circulação de informação, a mundialização da economia faz aumentar a discrepância entre ricos e pobres, à qual vem se juntar hoje numa revolução demográfica da população do globo” (2010, p.5); Para Hall; esse fenômeno também é impulsionado pela “pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades – os legados do Império em toda parte – podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento – a dispersão” (2009, p. 28). Neste sentido, além das circunstâncias acima abordadas, existe a possibilidade de migração como forma de trabalhar e captar dinheiro para sustentar os entes em seus locais de origem. Assim, existem várias formas de migração, o que nos interessa discutir neste tema é o que Lechner chama atenção para o que acontece “nas zonas de fronteira simbólica entre os diferentes grupos, em especial entre imigrantes e autóctones, encontramos justamente um terreno fértil para o surgimento e análise dos conflitos” (2010, p.14), trata-se, portanto, dos conflitos gerados a partir das relações inter-étnicas que estão intimamente ligadas às questões econômicas, políticas e, sobretudo, culturais.

Os processos contínuos de espoliações e dominação delineiam um arcabouço que denota as sociedades autóctones do território brasileiro como estrangeiras em sua própria terra de origem. Homi Bhabha diz: “o sujeito nacional se divide na perspectiva etnográfica da contemporaneidade da cultura e oferece tanto uma posição teórica quanto uma autoridade narrativa para as vozes marginais.” (1998, p. 213) Assim, são indivíduos alocados nos entre lugares, de maneira que não se identificam com o nacionalismo e se posicionam politicamente enquanto minorias. Esse é o panorama da contemporaneidade com os engajamentos políticos por parte dessas minorias, principalmente étnicas. Desta forma, as etnias remanescentes tiveram que se reconfigurar. Uma vez que os contatos culturais e tecnológicos foram estabelecidos, poucos povos ainda se mantêm autônomos. Desde a “gênese” colonial até a

⁴ Tempo-Lugar

contemporaneidade, os desenvolvimentos econômico e tecnológico são razões para expulsar, matar e entre outras formas de violência os povos indígenas, uma vez que, na perspectiva governamental, eles não detêm direitos sobre suas terras e ainda atravancam o desenvolvimento. Um pensamento político social que, para alcançar suas metas, se utiliza da ideia de homogeneização por assimilação, isso quer dizer que, uma vez instaurado o contato, este indivíduo passa a compor a população brasileira mestiça. A ideia é invisibilizar a identidade indígena negando os direitos à sua propriedade de terra, à uma educação e saúde diferenciadas, entendendo que ser brasileiro aloca os índios na mesma condição homogênea nacional. Essa estratégia foi eficaz por muito tempo, até que a mobilização social-política indígena ser capaz de expor esses processos violentos de espoliação. Desta forma, a política governamental é calcada no entendimento do:

(...) meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio técnico-científico-informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse meio geográfico para a sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação. (SANTOS, 2009 p. 38)

Neste sentido, os conflitos de terras compõem um problema crônico que se arrasta com as promessas eleitorais de reforma agrária, ao passo que marginaliza os movimentos sociais do campo. O Brasil é, hoje, um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo, tanto pela sua grande extensão territorial, quanto pela qualidade agrícola de suas terras. A grande exportação de *commodities* vem acompanhada de uma série de reflexos negativos gerados pela monocultura e por pacotes tecnológicos. O desenvolvimento da agricultura no Brasil deu-se com a importação de culturas⁵ e métodos agropecuários trazidos pelos colonizadores, sendo que as técnicas dos povos indígenas, voltadas para a subsistência e desenvolvidas através de um contato íntimo e de grande respeito pela natureza⁶, foram erradicadas. Outro grande marco ocorrido e de vital importância deu-se após 1950, quando muitos países, incluindo o Brasil, introduziram a Revolução Verde, medida que tinha como único objetivo intensificar a oferta de alimentos com um pacote que previa uma série de técnicas agrícolas que apontava para o uso intensivo de insumos externos (agrotóxicos, adubos minerais e sementes melhoradas). Outro ponto que transcende a “necessidade” governamental de desbravar o território geográfico brasileiro para o desenvolvimento

⁵ Ato ou efeito de cultivar.

⁶ Perspectiva de Povos que ainda mantêm a relação cosmológica com a Natureza, com exemplo dos Guarany Mbya. Importante salientar que esse comportamento pode não ser apresentado por todas as etnias.

econômico e união nacional, o que é um fator que impulsiona a diáspora e migração, é a grilagem de terras⁷. Essa ação que contorna os direitos de propriedades dos povos indígenas está ligada à expansão das áreas de produção agrícola, em consonância com a construção de estradas e outras mudanças nos espaços geográficos.

Essa modernização provocou uma concentração fundiária devido ao crescimento constante das lavouras de grande interesse econômico através de violenta expropriação que expulsava do campo o pequeno agricultor que perde suas terras e a mão de obra que tornava-se obsoleta. Esse contingente tinha como destino migrar para uma nova fronteira agrícola de onde seria expulso conforme o desenvolvimento avançasse até chegar às cidades (KULESZA, 2008. P 222)

Apesar do emprego de diversas tecnologias que desencadearam um aumento na oferta de alimentos, a Revolução Verde não resultou em respostas positivas em relação à sua proposta inicial, tendo seus objetivos muito questionamentos. As consequências do aumento significativo na produção de alimentos ocasionaram também um crescimento geométrico na fome. Esse problema é consequência do “desvio” da produção, ou seja, os alimentos produzidos em países subdesenvolvidos não atendem, em muitos casos, o mercado interno e sim o mercado externo, visando quase que exclusivamente os países desenvolvidos. Outro fator determinante é a produção de grãos usados para alimentar animais.

Porém, o significativo aumento da produção e aumento da disponibilidade de alimentos graças a sucessivos incentivos governamentais quem entram em declínio devido à exaustão do agrossistema e da inviabilidade energética não chegava e nem chega ao mercado externo que continua sendo abastecido pela agricultura familiar, ficando para o país produtor as mazelas sociais e ambientais. (ASSIS, ROMERO, 2002 P. 67)

Essa situação é catalisada pelas políticas públicas que oferecem vantagens e auxílios aos grandes produtores em detrimento dos agricultores familiares, uma vez que esses não conseguem informação adequada, têm dificuldades para reunir a documentação exigida e desta forma, o círculo se torna vicioso, mantendo as disparidades sociais. Então, impelidos pela necessidade de saúde, educação e saneamento, esses indivíduos migram para o perímetro urbano de acordo com Haesbert:

(...) o pobre precariamente incluído da periferia das grandes metrópoles vive uma desterritorialização profundamente insegura, em que o mundo se encolhe ao seu redor e ele permanece impotente, subordinado passivamente à compreensão do mundo nas poucas

⁷ Apropriação e posse de terras alheias mediante escrituras de propriedades falsas.

opções da tela da tevê (convencional). Sua mobilidade quando ocorre, é compulsória: como refugiado, fugindo de ameaças, ou como imigrante, atraído por promessas, sempre na mesma luta em busca de condições mínimas de sobrevivência. (HAESBERT 2002, p. 34)

As minorias que compõem as classes sociais menos abastadas tendem a migrar para melhorar suas condições de vida e acabam marginalizadas em periferias urbanas, o que mais uma vez se encaixa com a concepção dos entre lugares de Hommi Bhabha. Por falta de terras e por conta dos impactos ambientais, os povos indígenas são afetados diretamente. A questão nevrálgica, então, é perceber que, por sobrevivência, os índios têm que se adaptar a outras formas de produção de alimentos e se inserir nas relações de trabalho que pertencem à cultura não indígena.

Na historiografia, é evidente que alguns fatos contribuíram para a migração de etnias indígenas em diferentes momentos e inclusive atualmente, como o exemplo citado por Gomes “(...) a promulgação da chamada Lei de Terras, de 1850. Essa lei oficializou o latifúndio, não permitindo o direito de posse. Para registrar seu direito sobre as terras que usufruía, era necessária a apresentação de doação das sesmarias ou a compra às províncias. Isso terminou excluindo pequenos lavradores independentes e muitas aldeias indígenas” (2012 p. 25). Exemplos como esse se repetem na república e sobre os avanços se sobrepõem os retrocessos. Dentre as questões que perpassam a posse dos territórios geográficos indígenas, há também a movimentação em prol do fim da tutela governamental, salvaguardando a saúde e educação como especiais. Essa necessidade é explicável pelo poder estatal para mudar as condições territoriais e usufruir das terras indígenas, usufruto esse que é justificado com a alegação de desenvolvimento econômico. Com esse poder, o governo alterou, construiu estradas e empresas entre outros empreendimentos e isso acontece até hoje, por exemplo, com a construção da usina Belo Monte, que deslocou etnias autóctones do alto Xingu para a construção de uma hidrelétrica. Gomes alerta para o que “não se pode negar que as hidrelétricas interferem no meio ambiente dos rios e na vida tradicional das comunidades humanas que deles sobrevivem, prejudicando-as e ameaçando seriamente o extermínio de muitas espécies vegetais e animais, muitas dantes desconhecidas” (2012 p. 234). O projeto político brasileiro para o desenvolvimento foi bastante ousado e visava uma unidade nacional, conectar as produções e melhorar as formas de escoamento e exportação, além de desenvolver as cidades capitais.

É apenas após a Segunda Guerra Mundial que a integração do território se torna visível, quando as estradas de ferro até, então desconectadas na maior

parte do País, são interligadas, constroem-se estradas de rodagem, pondo em contato as diversas regiões entre elas e com a região polar do país, empreende-se um ousado programa de investimentos em infraestruturas. (SANTOS, 2009 p. 38)

Neste sentido, o território, na perspectiva do desenvolvimento econômico, se utiliza do poder simbólico e bélico do Estado, mesmo quando cria agências como o SPI. Ainda assim, o contato com os povos indígenas sempre teve a conotação embasada no uso de suas terras e seus recursos. Não se pode lateralizar a ação do Estado (mesmo que pacífica) sem vinculá-la aos pensamentos ibéricos de dominação hegemônica. Haesbert chama atenção para a coadunação entre Território e poder e o sentido de território que pode ser lido como:

(...) perspectiva é a que enfatiza a perda da importância dos contextos locais, especialmente em questões econômicas como a localização de grandes empresas, agora moldadas pelo padrão mais flexível do capitalismo pós-fordista que permite muito mais mobilidade espacial ou deslocalização (leia-se, também desterritorialização). Fica implícita aqui uma conotação de território e territorialidade mais vinculada aos processos de ordem econômica. (HAESBERT, 2002 p.36)

No aspecto cultural-religioso, é possível travar um debate acerca da retirada do direito à terra, utilizando-se do fato de que muitas etnias eram nômades, o que contribuía para não terem, em determinadas delimitações de terras, sítios arqueológicos, por exemplo. Ainda que muitas etnias tivessem como características a migração, sua cosmologia não era apegada ao território e seus caminhos eram tangenciados pelos conhecimentos dos mais velhos e de acordo com suas necessidades, além da intrínseca relação com suas crenças religiosas. Desta forma, esses povos não conseguem comprovar sua permanência durante determinado espaço de tempo para conseguir um laudo que ateste sua legitimidade. O que atesta essa legitimidade no campo ético seria o entendimento de que não existiam fronteiras geográficas nas concepções indígenas. Para os povos autóctones, essa relação de propriedade da terra não existia da mesma forma que o entendimento ocidental europeu. Mas foi uma concepção que teve que ser apropriada pelos seus remanescentes e seu movimento político, uma vez que os contratos sociais invisibilizavam as demandas indígenas. O fato é que “o paternalismo é justificado como necessidade histórica e resultado de um pacto social criado no interior do conjunto de classes e culturas que compõem a nacionalidade brasileira. Agora, o índio tornou-se o filho bastardo da nossa civilização” Gomes (2012, p. 166).

Há diferença concisa no entender a concepção de propriedade entre a cultura não indígena e a indígena. A cultura hegemônica brasileira entende a propriedade como bem para

acumulação individual e o uso dos recursos naturais é, sobretudo, para a sua satisfação (o homem não pertence à natureza, e sim a natureza pertence ao homem numa relação de utilitarismo). Os povos indígenas se apropriam temporalmente dos objetos e da natureza, o uso é temporal e não acumulativo, e apesar de se utilizar dos recursos naturais, sua cosmologia o orienta para o uso saudável. É óbvio que os índios são homens como quaisquer outros e, uma vez inseridos no sistema capitalista, podem modificar sua postura em relação ao consumo. O fato é que, para os índios, o consumo também é um direito [perspectiva indígena], e este é negado na medida em que estão nos entre lugares. Assim, mesmo os povos indígenas se apropriando de elementos de outra cultura e de outra identidade coletiva, sua relação com espaço territorial terá uma conotação de uso e não necessariamente de posse.

Importante salientar que entre as etnias também ocorrem conflitos. Os conflitos compõem a realidade de inter-relação da humanidade, para Lechner “o conflito está latente na paz, e a paz latente na discórdia” (2010, p. 33), e neste sentido, é necessário esboçar que diversidade étnica indígena também é um terreno fértil para conflitos e negociações, pelo fato de cada uma destas sociedades deterem um código próprio ético/ moral que rege as suas inter-relações e não necessariamente existe uma concordância mútua acerca das situações decorrentes dessa interculturalidade. Desta forma, o conflito é, de fato, inerente a este panorama até mesmo no que concerne às mobilizações do movimento social. Há também, certamente, diversidade nos interesses políticos.

A tão propalada rivalidade intrínseca entre povos indígenas não é desígnio da natureza. Ela ocorre em situações específicas e por motivos históricos. Quase sempre é por causa da competição por território, sobretudo quando está havendo uma expansão demográfica. Mas ela se dá também como causas endógenas às suas culturas, tais como a necessidade de manter uma coesão social pela busca de atividades guerreiras. Entretanto, há ocasiões em que diversas sociedades indígenas se compactuam entre si e criam um *modus vivendi* de intercâmbio cultural e econômico bastante duradouro. (GOMES, 2012, p. 190)

Desta forma, mesmo sendo a identidade indígena catalisadora da mobilização intercultural social, é incorreto afirmar que as demandas são homogêneas e que não existe conflito nos posicionamentos políticos. As migrações indígenas perpassam o tempo-lugar e se estabelecem como inerentes a sua formação cultural e ao mesmo por suas necessidades temporais. Como exemplo, os Guarani Mbyá, que fazem da migração uma característica de sua cultura e esta chega aos tempos atuais, mesmo com as dificuldades para manter os

territórios sob domínio de sua cultura. Entre outras possibilidades está a necessidade de sair de suas aldeias para conseguir benefícios para suas famílias, em trabalhos urbanos.

A migração para novos territórios é resultado tanto da busca de novos locais de usufruto, quanto de áreas de refúgio, no caso de ataques por parte de outros vizinhos, porque o isolamento total resulta na sua inviabilidade cultural. (...) Em adição, a extensão do território brasileiro, vasto e praticamente sem barreiras intransponíveis – assim como nos Estados Unidos, da Argentina e do Canadá -, favorecia as migrações, as fugas e a dispersão humana, criando assim, uma dinâmica de inter-relacionamento social bastante frouxa e difusa. (GOMES, 2012 p. 177)

Nos encontros acadêmicos e políticos organizados pelas etnias indígenas, é possível perceber que seu entendimento de união é muito forte, fazendo da confluência interétnica um elo de luta. O que torna perceptível essa união política é a forma de tratamento entre as diferentes etnias, chamam-se de parentes. É interessante esse tratamento, pois numa alusão à família existe uma diversidade de pensamentos e identidades que compõem os indivíduos que fazem parte de uma família. Neste sentido familiar, o cuidado é promovido e há uma preocupação mútua, o que não necessariamente incorre em concordância ideológica, política, cultural entre outras. O importante é perceber que o elo de aglutinação entre as etnias indígenas na contemporaneidade é a união política.

A espoliação é a violência infringida aos povos indígenas e, sobretudo, tange a perda dos territórios por parte desses povos. Esses territórios transcendem a concepção de propriedade e produção cultural, cosmológica e linguística. A primeira forma de homogeneizar as populações indígenas foi a imposição da língua geral Tupi, chamada *Nheengatu*⁸, por necessidade de estabelecer comunicação com os povos que, com toda sua diversidade, apresentavam uma torre de babel percebida por Derrida “procurando ‘se fazer um nome’ fundas ao mesmo tempo uma língua universal e uma genealogia única, os semitas querem colocar a razão no mundo, e essa razão pode significar simultaneamente uma violência colonial (pois eles universalizariam assim seu idioma) e uma transparência pacífica da comunidade humana” (2002, p 25); A necessidade de homogeneizar é o objetivo precípua da colonização, como observou Benedict Anderson (2008) quando aborda e discute a formação dos estados – nação, como ocorreram e como os conflitos linguísticos e de interesse diverso no mesmo espaço territorial se aglomeram frente à invasão de outrem, incitando, assim, à união dos interesses. A crítica é evidente:

⁸ Foi sistematizada pelos jesuítas e muito utilizada até o século XIX principalmente no litoral brasileiro.

É sempre um equívoco tratar as línguas como certos ideólogos nacionalistas as tratam – como emblemas da condição nacional [nation-ness], como bandeiras, trajes típicos, danças folclóricas e similares. Basicamente, a coisa mais importante quanto à língua é a sua capacidade de gerar comunidades imaginadas, e efetivamente construindo solidariedades particulares. (ANDERSON, 2008, p. 189)

E, como a imposição linguística cultural existiu nas colônias, esse foi um processo sobre o qual Benjamin conclui que “assim, como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura” (1940, p. 225). Então, como a língua, propriedade de terras e formação cultural são elementos para pensar o território e sua finalidade e também a desterritorialização que, como camaleão, se adapta às mudanças históricas. Portanto, parece uma ação leviana, analisar as formas de desterritorializações, das quais os povos indígenas foram e continuam sendo vítimas, sem considerar os aspectos histórico/políticos que delineiam o arcabouço temporal do conceito de território. Para Benjamin “A história é o objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e o vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (1940, p. 229).

O desafio para solucionar os conflitos resultantes das migrações é grande e perpassa, inicialmente, a vontade governamental em se posicionar para o diálogo e entendimento acerca das demandas sociais, em especial para as questões étnicas. Assumir que o essencialismo e o estereótipo só contribuem para a manutenção dos conflitos embasados na xenofobia. Atualmente, parece que as instituições estão mais atentas a essas situações e ocorrem ainda estímulos aos editais culturais, nos quais se privilegia a diversidade, o que representa um avanço. Lechner (2010) relata resultados de sua pesquisa dizendo que:

Verificávamos que dentre os problemas mais graves colocados pelo fluxo crescente das migrações se destaca a dificuldade de assegurar a prevenção e a resolução dos conflitos que podem surgir nas migrações irregulares e da integração de homens, mulheres e crianças oriundos de diversas culturas, etnias e com diferentes competências (profissionais, linguísticas, etc.). (LECHNER, 2010, p. 79)

Aliado ao ponto abordado acima, é importante também tratar a reforma agrária com seriedade, fiscalizar de fato a documentação de compra e venda e, sobretudo, negociar com os povos indígenas, além de melhor planejar as metas desenvolvimentistas de forma que o impacto ambiental/ cultural nos povos indígenas seja, pelo menos, minimizado. Tratar as diferenças em acordo com as suas demandas é uma boa solução. Abrir espaços de atuação

política para os oprimidos é também uma forma de instaurar uma representatividade de fato democrática e, junto a essa janela, fomentar a educação indígena para que esta de fato seja emancipadora e crítica como os projetos políticos pedagógicos dos movimentos sociais tanto almejam. Outra solução vislumbrada é apontada por:

Um território múltiplo, onde devemos implementar não uma identidade uma e pouco permeável ou, ao contrário, a diluição de todas as identidades, mas o convívio entre várias construções identitárias, inclusive aquela que envolve a opção de compartilhar múltiplos territórios. Só assim, poderemos combater a mais real das desterritorializações, aquela que promove a exclusão – na proliferação dos sem – teto, dos sem-terra, lembrando que a pior e mais drástica exclusão é aquela que impede o acesso ao próprio espaço, concreta e/ ou simbolicamente apropriado e fundamento ontológico da existência humana. (HAESBERT, 2002, p. 49)

Desta forma, pode se estabelecer como preocupação as mudanças que estimulam a migração e fazer da política pública um reflexo do que é demandado pelos oprimidos. Considerar os fatores climáticos, edafoclimáticos⁹, as condições econômicas e as truculências vivenciadas pelos povos indígenas como fatores determinantes na fomentação e consolidação das políticas públicas que atendam às demandas étnicas. Essa preocupação também tem que perceber essas identidades no perímetro urbano, entendendo que estão em movimento para encontrar uma melhor alocação, uma vez que o campo esgotou suas possibilidades de permanência em decorrência de todos os aspectos neste texto discutidos. Outra forma de amenizar os conflitos é uma melhor abordagem da mídia acerca dos conflitos que acontecem no campo. Exemplos de ocupações de terras reivindicadas pelos índios e outros movimentos que, na mídia, são chamados de invasores, entre outras formas de marginalizar o movimento social. As minorias são geralmente atacadas pelos interlocutores que noticiam as lutas e movimentações. A mobilização é, de fato, o meio de se fazer ouvir pelos poderes governamentais, que, por sua vez, teimam em se fazerem surdos. Ao passo que os avanços são conseguidos, outras demandas vão surgindo, até porque as migrações são um fluxo contínuo. Aqui foram discutidas, principalmente, as demandas indígenas que, com o advento da hibridação cultural, vão adquirindo novas demandas societárias.

CAPÍTULO V - PROBLEMATIZANDO A LUTA NA ALDEIA MARACANÃ

“Enquanto os leões não tiverem seus próprios historiadores, as histórias das caçadas continuarão a glorificar os caçadores.”

⁹ Referente à fatores edáficos (que se referem ao solo) e climáticos do solo.

(Autor Desconhecido: Provérbio Africano)

A intenção deste capítulo é responder a algumas das inquietações levantadas na introdução deste texto, considerando as anotações do caderno de campo e as narrativas indígenas que foram filmadas.

Antes de iniciar a pesquisa de campo, acompanhei pelas informações da mídia os acontecimentos relacionados à Aldeia Maracanã quando, no final do mês de agosto de 2013, recebia a informação, por meio do meu interlocutor Joshua Dylan (apoiador da aldeia) que os índios haviam retomado o espaço. Nesse ínterim, fiz contato com o Urutao Guajajara e este se prontificou a me receber. Fui convidada, inicialmente, para participar das aulas de tupi, oferecidas aos sábados aos visitantes da aldeia.

Ocorrem aos sábados, oficinas de tupi. A aula consiste no ensino gráfico e oral tupi, ao passo, que são abordados temas como contexto histórico, político, cosmológico. O foco é a língua, mas a ação pedagógica é holística. Nesta oficina percebi a presença de outros professores de áreas diversificadas como: inglês, serviço social, antropologia, e estudantes universitários em geral. A aula foi feita ao ar livre, embaixo de uma oca construída pelos índios e pelos apoiadores.

Posteriormente, fui convidada a participar da roda das mulheres que era uma reunião entre as mulheres indígenas e as mulheres não indígenas. Foram abordadas questões como amizade, política, finalizando o encontro com temas como saúde feminina.

(Trecho retirado do diário campo da pesquisadora)

Minhas visitas se concentravam nos sábados e domingos, quando havia um número maior de visitantes, atividades oferecidas pelos indígenas e até um maior número de índios no espaço. Houve uma atividade extra, quando os indígenas solicitaram à UFRRJ uma doação de madeira e outros materiais para confecção deocas. Mais uma vez, o Joshua foi o interlocutor e fez a ponte de mediação entre a instituição e as lideranças da aldeia. A UFRRJ doou o material e transporte para a atividade, contudo foi necessária coleta do material. Acompanhei e auxiliei, dentro de minhas limitações, no trabalho. A partir desse momento, senti que minha presença era mais requisitada o que facilitou a minha interação com os moradores e visitantes da aldeia. Durante as minhas visitas, participava das atividades, ajudava na cozinha e com a louça e isso me proporcionou um contato com as narrativas tanto dos indígenas quanto dos apoiadores.

Outra questão que aparece no início da pesquisa é quanto à interculturalidade. Como é possível um acordo entre culturas diversificadas num espaço delimitado de contato? Então,

nas observações, estimei as contações de histórias e narrativas dos indígenas. No que tange aos rituais, eles acordaram que seguiriam o calendário cristão, uma forma de ser ecumênico. Os rituais também têm elementos de hibridação e tudo ocorre dentro de um acordo prévio entre eles antes de fazerem a programação.

“Como nós chamamos de Universidade, nós atualmente, nesse exato momento estamos dando os cursos, curso de linguística, cosmologia da floresta, medicina da floresta, filosofia.

Inclusive temos professores de várias etnias, professores Guajajaras, Guaranis, e temos cineastas indígenas também, atualmente que podem, que estão mostrando os cursos de cinema né, e o que nós vemos é que nós queremos continuar com isso, nós queremos continuar dando esse trabalho porque a educação no Brasil não mostra a cultura indígena como ela é, ela só mostra o colonialismo que é o que descobriu e que na realidade ele ocupou, ele invadiu na realidade porque aqui existiam pessoas que moravam.”

Entrevistado 02

Neste sentido, a pedagogia que está em jogo não é institucional, perpassa os interesses políticos, de modo que, reconhece a importância societária das contribuições dos povos originários à sociedade brasileira como um todo pluriversal. A preocupação tange os princípios do que significa um espaço de construção de conhecimento gerido por um corpo de indígenas. Resta saber e, neste sentido, como é uma preconização que contém o futuro, não se sabe se é uma proposta de institucionalização do espaço, com caráter acadêmico, estrutura acadêmica, ou, porventura é um espaço alternativo de construção de conhecimento, assim como um espaço de manutenção e difusão cultural. Não foi possível perceber consenso neste ponto de interrogação. A conjectura possível é que a preocupação hegemônica dos indígenas, assim como dos apoiadores é que se mantenha a posse do espaço, que se consiga a demarcação do espaço. Não há de fato, um projeto político pedagógico que dê conta de institucionalizar essa Universidade, isso está correlacionado com a disparidade de interesses entre os envolvidos. Não há uma confluência que interfira decisivamente nesta objetivação.

“A proposta da Universidade se baseia em um trabalho conjunto com as Universidade Federais e Estaduais para que os estudantes universitários possam estar ciente da realidade da causa indígena e possam ter uma vivência mais próxima porque na Aldeia Maracanã nós ensinamos a medicina, como volto a repetir né, ensinamos a cosmologia da floresta, linguística, ensinamos as oficinas dos acessórios indígenas, os cantos, as danças, o grafismo, a culinária, a questão das sementes (sementes orgânicas). Então, agora nós também estamos na Universidade Intercultural Indígena Aldeia Maracanã convidando os grupos de estudantes de todas as universidades possamos fortalecer a Universidade Intercultural Aldeia Maracanã e juntos, fazer os intercâmbios, porque lá existe atualmente a segunda escola diferencial em linguística do Rio de Janeiro. É um convite a todos os universitários que queiram entender um pouco sobre espiritualidade, cultura e política dos povos originários do Brasil.”

Entrevistado 02

Essa fala é muito emblemática, porque consegue expressar didaticamente como funciona a Universidade idealizada. Não se trata de encarnar uma instituição, parece uma necessidade de interação entre os espaços de saber. O que torna essa Universidade um espaço de difusão cultural, de formação prática com relação às relações inter-étnicas. “A difusão seria resultado dos contatos entre diferentes culturas e de circulação dos traços culturais.” (CUCHE, 2002, P. 69)

Um dos pontos levantados durante a pesquisa foi o de responder a forma com a qual é possível estabelecer o contato cotidiano entre etnias. Posteriormente, foi possível perceber que esse quadro transcende às etnias indígenas e chega a grupos/movimentos sociais organizados com exemplo dos anarco-punks. Chamo a fala de uma das lideranças:

“A resistência aqui é muito tensa, já estive muitos grupos na resistência e muitos não resistem porque é muita pressão tanto do governo quanto da polícia, e até mesmo, é muito difícil ficar numa resistência com várias pessoas juntas. Não é só indígena que está aqui, tem vários amigos da Aldeia Maracanã, como eu estava falando são os apoiadores, são amigos porque já passa muito tempo junto, almoça e dorme, estuda junto, conta história, sorri. Então, isso é importante também na resistência, mas falar da resistência é muito complicado porque no início tinha mais de cem indígenas e agora tem muito pouco.”

Entrevistada 03

A entrevistada deixa claro que toda a forma de auxílio na aldeia é bem vinda, contudo, isso não é desprovido de conflitos. Os conflitos se mostram multifacetadamente. No caso da entrevistada 03 é mais aparente porque ela acaba coordenando as atividades de funcionamento da Aldeia, então, os afazeres da cozinha, da organização e da limpeza são orientados por ela. Os apoiadores são em grande número de jovens, o que requer mais força na fala dela. Entrevistada 03 é esposa de uma das lideranças, tem três filhos. Conta que sua cultura é diferente da cultura de seu marido, contudo, aprendeu com o advento do casamento e cria seus filhos dentro da cultura Guajajara.

A entrevistada 03 fala em suas narrativas sobre a cisão com o grupo que negociou com o Estado e foi alocado no Maracanã

“Os povos que estão aqui hoje são poucos, vem ainda mais, mas ele não se troca, não se vende porque é um prédio histórico, não tem como vender esse prédio como o Governador fez. A resistência continua! Muitos no caminho (como já teve) não resistem, tanto indígena quanto não indígena, mas assim, tem um grupo que já tá aqui há sete anos resistindo... É muita luta? É! É muito trabalho? É, e a gente não ganha nada com isso, a única coisa que a gente quer ganhar é a mostra da nossa cultura e o respeito da nossa cultura no Brasil, que não temos! Então é isso que a gente tá querendo aqui nesse espaço que é a Aldeia Maracanã para que todos os povos possam vir. O que eles querem é que saiam todos os indígenas para eles reformarem pra fazer

o Centro Cultural e o governo ficar com esse prédio pra ele e ficar com a chave e tal... Isso pra um grupo só e não o grupo da resistência.”
Entrevistada 03

A dissonância presente nos discursos acerca dos interesses que corroboram o futuro do patrimônio esbarra na polarização de posições política que, por sua vez, esboçam as posturas assumidas em relação ao outro grupo e ao Estado.

“Eles querem que a gente converse entre os grupos: governo, o grupo de Jacarepaguá e a gente pra ceder, pra deixar, pra ficar com eles poderem reformar. Eles agora desistiram de derrubar e isso a gente não acredita muita também né, mas assim, por isso que essa resistência continua porque a gente não acredita. Várias vezes eles disseram resolver, mas a gente não acredita mais.”
Entrevistada 03

A pressão em cima da negociação é algo que mina os ânimos na aldeia, pois toca no ponto difícil que é o não entendimento com o grupo de Jacarepaguá. A questão perpassa por vários fatores, sendo um deles um misto de desconfiança com o entendimento do direito que também pertence ao outro grupo. O que foi possível perceber nas falas é a preocupação em tornar a espaço um lugar de pertencimento e gestão indígena e isso implica na autonomia que o Estado não concorda. Durante as minhas visitas, percebia uma atmosfera de espera e apreensão por possíveis problema, seja com o Estado, seja com o outro grupo. Os conflitos eram constantes, o que não impediu que as atividades na aldeia ocorressem com disposição e alegria. Os cursos, os mutirões para recuperar e melhorar as condições do prédio, reflexos dessa energia que une os indígenas e apoiadores.

Hoje a aldeia recebeu a visita de um grupo de estudantes de Pedagogia da UFRGS, que participavam do FONEPE¹⁰ organizado pela UERJ – São Gonçalo. Fui incumbida de acompanhar as visitantes, contando a história e o contexto pelo qual passa a aldeia atualmente. Foi um momento extrovertido, onde pudemos trocar impressões e tirar dúvidas com a chegada de um dos jovens, apoiador, morador. A explanação dele foi crucial, tanto na

¹⁰ Fórum Nacional de Estudantes de Pedagogia

interpretação de sua narrativa, quanto na incursão aos pavimentos superiores do prédio¹¹. Quando aconteceu que ouvimos um barulho. Tratava-se de uma confusão com a Guarda Municipal que estava em ação. Um dos apoiadores da aldeia estava apanhando de um grupo de policiais (eram muitos). A cena foi chocante, tentamos filmar, mas infelizmente as imagens não ficaram boas o suficiente para visualização e identificação dos agressores. Ao descer, soubemos que se tratava do apoiador específico que estava andando de bicicleta sem camisa ao redor da aldeia. Um grupo de pessoas foi em auxílio do apoiador.

(Trecho do diário de campo da pesquisadora)

A polícia constantemente cercava o prédio, o que causava um desconforto generalizado. A impressão causada era de uma possível ação policial cotidiana.

Houve jogo no estádio do Maracanã. Aconteceu uma confusão envolvendo torcedores. Então, a policial respondeu com balas de borrachas indiscriminadamente. O entrevistado 02 tomou a postura de conversar com um dos policiais pedindo calma, uma vez que havia, entre os torcedores, idosos, crianças e pessoas no geral que não necessariamente estavam causando o tumulto. A resposta do policial foi categórica: *“Você não tem que se meter! Você é índio e seu lugar não é aqui, seu lugar é na Amazônia!”*.

Estarrecidos com tal resposta, fomos às autoridades denunciar o crime de racismo e só conseguimos o atendimento no dia seguinte na 18^o Delegacia de Polícia, localizada na Praça da Bandeira, onde, finalmente, conseguimos denunciar o acontecido. (Ver Anexo II)

(Trecho do diário de campo da pesquisadora)

¹¹ Alguns locais do prédio são de difícil acesso devido aos problemas estruturais (falhas nas escadas, buracos).



Foto 4: Ash, Fernando e Dalila após denúncia de racismo na 8º DP

Fonte: Ash Ashaninka, 2013.

Com base nas narrativas, é possível perceber a sensação de perigo constante e o instinto de proteção para com o patrimônio. O relato do entrevistado 02 denota a não preocupação em negociar com indígenas, as ações foram violentas e agressivas. Essa narrativa, como a dos outros indígenas da aldeia, esboçam a marginalização que sofrem os movimentos sociais e que, nesse caso, tem um agravante que é o fator étnico social em consonância com os interesses do Estado.

“Então, você vê que o terror psicológico já partia deles. Como o Estado pode ter pessoas assim? Não pode! Tá errado! E aí o que aconteceu? No dia 22 de março então, fomos desocupados, aí fomos tirados a força por violência. O CHOQUE entrou lá dentro, a oca pegou fogo, reviraram todas as nossas coisas. Nossos computadores, nossas câmeras, documentos, tudo, o Estado e a Secretaria dos Direitos Humanos tiraram de nós e até hoje não se fala sobre isso, até hoje dia 26 de novembro de 2013! E desde o dia 6 de junho nós viemos cobrando, na realidade desde que nós saímos porque muita gente perdeu os documentos e então precisava dos documentos. No dia 22 de março, eles tiraram a gente e inclusive, fui preso porque eu tava defendendo a cultura indígena, tava defendendo a memória e identidade da cultura indígena e todos os seus direitos. Aí, fui preso e essas coisas estão todas na televisão, na mídia. Aí com muito sufoco fui solto e aí fomos na ALERJ pra gente chamar os

deputados dizer: “Olha, está tendo violação dos direitos nossos, inclusive violação do judicial porque eles entraram com violência lá dentro, nos tiraram à violência.”

Entrevistado 02



Foto 5: Ashaninka sendo detido na ação policial.

Fonte: Frente Popular Independente- RJ, 2013.

Disponível em Rede Social: www.facebook.com/FIPRJ?fref=ts

Quanto aos conflitos, o problema parte das circunstâncias em que estão as populações por todo o território nacional. Um panorama recorrente que descreve a grilagem de terras, a expulsão dos índios de suas terras para exploração e a pior espoliação é a estatal que age, negocia e também expulsa os índios de suas terras, mesmo que indiretamente. Com todos os exemplos expostos na mídia, nas redes sociais e outras fontes é impossível não perceber a marginalização dos povos indígenas e, deste modo, as mazelas às quais esses povos estão sujeitos.

“Então, quer dizer, essa luta vem até hoje e a luta nossa continua pra ser a regularização fundiária pra evitar os conflitos, exatamente internos, porque a partir do momento que o Estado entra, dividi e acaba se juntando a determinados grupos indígenas mais fracos, os indígenas mais vulneráveis pra poder desarticular a resistência e o foco principal que é o terreno, a defesa do terreno né, o Estado já entrou com essa passarela aqui e já tomou essa parte aqui, já tomou a parte de trás do prédio. Dos 14 300 m², nós já não temos nem 8 000 m², hoje, agora eles estão derrubando os laboratórios aqui do lado que seriam prédios destinados à Universidade Indígena.”

Entrevistado 04

Hoje, dia 14 de dezembro, consegui filmar a narrativa do Urutau Guajajara. Foi difícil porque ele é uma figura ativa nos trabalhos da aldeia e ainda é uma importante liderança do grupo. Conseguir um tempo para que ele conte a sua narrativa dependeu de um esforço e ajuda de sua esposa, entrevistada 03. Sentamos na frente do prédio para que ele pudesse falar enquanto ocorria o Fórum da Frente Popular – FIP. O entrevistado 01 me pareceu um pouco cansado, a impressão é que estava preocupado. Sua fala é carregada de ação política e sua memória traz à tona muitas de suas mazelas enfrentadas na luta pelo patrimônio. Houve uma explanação acerca do histórico e a narrativa terminou com o indício do perigo eminente da ação policial, dada à circunstância da permanência de poucas pessoas na aldeia, devido às festas de fim de ano. Urutau termina a sua narrativa agradecendo a ajuda de todos os apoiadores e sociedade civil que apoia a luta deste caso.

(Trecho do diário de campo da pesquisadora)

Fato é que, no dia seguinte, houve um ato deliberado em assembleia da FIP. O ato foi a ocupação dos Laboratórios de Sementes ao lado da aldeia. A Tropa de Choque chegou e, com ação violenta, expulsou os manifestantes que se refugiaram na aldeia. No dia 16 de dezembro, a Tropa de Choque entra na Aldeia Maracanã, detêm 25 pessoas, entre elas indígenas e apoiadores.

O que estava em jogo naquele momento de tensão com o Estado, era a resistência da Aldeia. Alguns indígenas conseguiram manter a resistência por algum tempo, porém todos foram detidos, com exceção do entrevistado 01 que subiu numa das árvores que ainda restaram no terreno do prédio e lá permaneceu por 26 horas. A mídia compareceu e acompanhou a situação. As redes sociais deram uma repercussão imensa ao caso. Desta forma, a polícia deixou que o índio permanecesse na árvore, sem água e sem comida, coibindo qualquer tentativa dos apoiadores e da família em entregar alimentos para o ativista. Entrevistado 01, com mais de 60 anos e com diabetes, permaneceu na árvore até que, por falta de condições físicas, foi retirado pelo corpo de bombeiros.

Entrevistado 01 foi medicado e em seguida detido. Seu processo é por desobediência à ação do Estado. A ação do Estado mais vez, o que foi rememorado na fala do entrevistado 02:

“Então, você vê que o terror psicológico já partia deles. Como o Estado pode ter pessoas assim? Não pode! Tá errado! E aí o que aconteceu? No dia 22 de março então, fomos desocupados, aí fomos tirados a força por violência. O CHOQUE entrou lá dentro, a oca pegou fogo, reviraram todas as nossas coisas. Nossos computadores, nossas câmeras,

documentos, tudo, o Estado e a Secretaria dos Direitos Humanos tiraram de nós e até hoje não se fala sobre isso, até hoje dia 26 de novembro de 2013!”

Entrevistado 02



Foto 6: Urutau resiste a ação policial e protesta.

Fonte: Pedro Valadares Procópio, 2013.

Atualmente, os índios estão impedidos de adentrarem no prédio que, aliás, permanece fortemente guarnecido. Tropa de Choque e Polícia Militar fazem a segurança do prédio para evitar que os índios retomem o espaço. Uma das conjecturas levantadas pela mídia é que essa ação do Estado foi uma cautela para evitar possíveis “invasões” nos Laboratórios de Sementes. O que havia sido previsto na fala do entrevistado 01:

“No final de 2012, na virada para 2013, nós sentimos a necessidade de convocar a sociedade, a população do Rio de Janeiro e de todo o Brasil, do mundo, no sentido de defender esse patrimônio, porque nós percebemos a maldade do Estado, exatamente em comprar o patrimônio da União, e a União, a maldade de ter vendido, a má fé em ter vendido. Uma coisa que não poderia ser vendida porque era patrimônio da União, do povo brasileiro, da nação, não podia jamais ser vendido. (...) Então nós conseguimos virar de 2012 para 2013 com medo, época de natal e ano novo com medo, a tensão, muito medo do Estado entrar, exatamente aonde está mais fraco. E, hoje está acontecendo a passarela e desmontando o prédio, exatamente o que eles iriam fazer e continuar em 2012, na verdade não mudou. Exatamente na virada de 2013 pra 2014 esta acontecendo isso! E, esse temor, esse medo...”.

Entrevistado 01

O que denota que os receios que abarcam a aldeia faziam sentido quando se percebe que o Estado poderia agir soturnamente para a garantia de interesses econômicos. Interesses esses que estão evidenciados pelos acordos que esbarram nos movimentos sociais. O que fez do ano de 2013 um ano marcado pelas manifestações, reações fortes da população.

Outro ponto importante de se salientar é o papel da mídia nesse panorama. De acordo com a percepção de os movimentos sociais noticiados pela mídia nem sempre corroboram a real circunstância dos acontecimentos. De certo que isso causa:

(...) um distanciamento ou uma exotização que converte o outro na estranheza mais radical e absoluta, sem qualquer relação conosco, sem sentido para o nosso mundo. Por ambos os caminhos, o que se impede é que o diverso nos detenha, nos questione, mine até o nosso mito de desenvolvimento, segundo o qual existe um único modelo de sociedade compatível com o progresso e, portanto, com o futuro. (MARTÍN-BARBERO, 2009 p.254)

Contudo, a mídia alternativa conseguiu se firmar com força, conseguindo mobilizar grandes contingentes de pessoas para se manifestarem, assim como, informar com a perspectiva do movimento social em tempo real utilizando, principalmente, as redes sociais como Facebook, Twitter e os Blogs ligados às temáticas da aldeia.

Em seu estado atual, a pesquisa de opinião é um instrumento de ação política; sua função mais importante consiste talvez em impor a ilusão de que existe uma opinião pública que é a soma puramente aditiva de opiniões individuais; em impor a ideia de que existe algo que seria uma coisa assim como. a média das opiniões ou a opinião média. A "opinião pública" que se manifesta nas primeiras páginas dos jornais sob a forma de percentagens (60% dos franceses são favoráveis à...), esta opinião pública é um artefato puro e simples cuja função é dissimular que o estado da opinião em um dado momento do tempo é um sistema de forças, de tensões e que não há nada mais inadequado para representar o estado da opinião do que uma percentagem. (BOURDIEU, 1973 p. 3)

A partir do explicitado por Bourdieu nesta comunicação, em que esboça a linha tênue entre a opinião pública e as possibilidades de manipulação das mensagens e codificações, torna-se evidente o papel das redes sociais no contexto atual. Os indígenas da Aldeia Maracanã lançam mão desses recursos de comunicação e utilizam de formas diversificadas, como convocar para mutirões de recuperação e revitalização do prédio, convocar a sociedade para defender o prédio, convoca-se para informar sobre as atividades da aldeia, além de acompanhamento e solidariedade aos outros conflitos que estão em andamento no Brasil.

Então, a gente convoca de novo a sociedade pra vir junto com a gente defender esse patrimônio. Você, Joshua, o pessoal todo da Rural estar por aqui até mesmo no sentido de estar tomando conta pra não acontecer o que aconteceu. (...) Pensando nisso também, a gente convocando os movimentos sociais pra estar junto com a gente, um pouco de mobilização também, até pela desmobilização e do desgaste da ocupação nesses anos, nesses longos tempos ai, ao longo desses sete anos. Entrevistado 01

Importante também é salientar que a repercussão na mídia foi muito alta, principalmente quando, na última ação policial, o índio entrevistado 01 passou 26 horas em cima da árvore. A notícia teve alcance nacional, canais de televisão aberta, rádio e redes sociais informavam em tempo real os acontecimentos na aldeia. Houve comoção, muita gente da sociedade civil se aglomerou no entorno da aldeia para acompanhar o desenrolar da ação policial. Após essa ação do Estado, os indígenas permaneceram do lado de fora do terreno do palacete, acampados e solicitando a presença dos apoiadores e simpatizantes do movimento para permanecerem junto à eles. Os dias subsequentes foram protagonizados por conflitos diretos com a Polícia Militar, a Guarda Municipal, chegando até a espoliação dos pertences dos manifestantes como barracas, alimentos, roupas que davam suporte no acampamento. As festas de fim de ano vieram acompanhadas de uma breve esperança de diálogo entre as partes, contudo, isso não aconteceu. Os manifestantes passaram as festas de fim de ano acampados no entorno da aldeia.

A articulação ainda persiste, embora a luta tenha se reconfigurado. Atualmente os indígenas estão pedindo apoio às Universidade Públicas para desenvolver atividades culturais, congressos que caráter indigenista, além de manter a luta no âmbito judicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a todas as discussões e informações apresentadas no decorrer desta pesquisa, é possível elencar o panorama em que estão inseridas as questões indígenas corroboradas com as suas (re)/significações culturais e política, assim como suas mazelas, dificuldades e sofreguidão de que pudemos ser testemunhas por várias vias comunicacionais. É possível concordar com Denys Cuhe (2002, p. 137) quando este afirma que “nenhuma cultura existe em estado puro”, sempre igual a si mesma, sem jamais ter sofrido a mínima influência externa. O processo de aculturação é um fenômeno universal, mesmo que ele tenha formas e graus muito diversos.” Assim, é partir das evidências teóricas para perceber que a influência cultural e identitária é perceber a clivagem orientadora dos posicionamentos políticos são preconizados pelos movimentos sociais. De fato, neste âmbito, falta a educação, sobretudo, como reformulação de paradigma, tão necessário para desconstruir a ideia do índio genérico, essencializado e tutelado. A emergência política dos movimentos indígenas, apesar de suas diferenças internas e étnicas, tange o rompimento de tutela do Estado. Projeta-se, a necessidade de Políticas Públicas que assolem seus problemas e os tirem (em sua grande maioria) dos bolsões de miséria. Bourdieu diz o seguinte:

A cultura não é apenas um código comum nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas recorrentes. Ela constitui um conjunto comum de esquemas fundamentais, previamente assimilados, e a partir dos quais se articula, segundo uma ‘arte da invenção’ análoga à da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares diretamente a situações particulares. (BOURDIEU, 2011 p. 208)

Neste sentido, a particularidade que é inerente à diversificação cultural indígena pressupõe um entendimento da hibridação cultural como saída que condiciona o movimento fluido da transformação cultural. Há, pois, uma demanda que especifica a pluriversalidade como perspectiva que atende a demanda das idiossincrasias que pertencem aos grupamentos étnicos.

No delinear do arcabouço deste texto, discutimos que essas diferenças e demandas esbarram no advento da globalização. Portanto, Canclini (2009, p. 16) afirma ser “uma questão teórica e é um dilema-chave nas políticas sociais culturais. Não só como reconhecer as *diferenças*, como corrigir as *desigualdades* e como conectar as maiorias às redes globalizadas”. As diferenças estão assumindo suas reivindicações e se posicionando politicamente. E, uma das ferramentas mais importantes que viabiliza esse processo, é a

inclusão digital. Apropriação do uso de tecnologias até em aldeias bem afastadas de centros urbanos, já é possível identificar o uso de tecnologias. Usos que somam na articulação, comunicação e denúncia de sua situação, principalmente, frente aos conflitos de diferentes naturezas. E, mais uma vez, é possível recorrer a Canclini (2009, p. 31) quando este afirma que “as teorias comunicacionais nos lembram que a conexão e desconexão com os outros são parte da nossa constituição como sujeitos individuais e coletivos.” Assim, os agentes viabilizadores da comunicação se tornam catalisadores e essenciais no desenrolar dos posicionamentos políticos. Catalisam as informações e as tornam pública, mostrando o que os movimentos sociais demandam, mesmo como mídia alternativa, estas têm alcance de amplitude relevante. Na Aldeia Maracanã, é um fator que transcende a coexistência do movimento, é fator de fortalecimento da resistência.

Mas, também sensível às variadas formas pelas quais os grupos se apropriam do moderno, evocou o uso de computadores pelos jovens mixes para recolher suas tradições orais e recuperar sua sabedoria antiga com tecnologia avançada. Este exemplo mostra – dizia-nos – que as inovações modernas não desvirtuam fatalmente as culturas tradicionais, mas podem reforçá-las. Se a antropologia se dedicasse mais, segundo Bonfil, a conhecer como otomis do vale do Mezquital interpretam as mensagens da televisão, ou como os grupos populares urbanos decodificam a informação estrangeira que recebem diariamente, poderíamos ter uma visão menos estereotipada e alarmada da globalização. Deste modo, depois de advertir-nos contra as tendências homogeneizadoras, prevenia sobre o risco de acreditar que a modernidade só uniformiza. (CANCLINI, 2009 p.63)

É importante salientar o bônus que é o estabelecimento intercultural de vivência, experiência e conhecimento. O ônus é a economia como ponto nevrálgico das preocupações do Estado no planejamento de suas políticas públicas. O capital é cerne das intenções do Estado e isso quer dizer que há muito mais facilidades em aquisição de produtos industrializados, as formas de pagamentos estão facilitando as compras e vendas com diferentes parâmetros. O caso é que, no campo, está havendo uma diáspora, essa é resultante do avanço das fronteiras agrícolas e ação de desenvolvimento planejado pelo Governo Federal que retoma as terras indígenas e implanta projetos diversificados, preconizando atender aos interesses nacionais, usando principalmente o argumento da necessidade de ampliar a produção energética no país.

É justamente desta maneira que hoje se procura pensar, reconceituando o índio a partir do espaço político e teórico do *popular*, isto é, como culturas subalternas, dominadas, porém possuidoras de uma existência positiva, capaz de desenvolvimento. Frente ao idealismo de uma teoria da diferença

que coloca o índio em situação de exterioridade ao desenvolvimento capitalista, e de uma teoria da resistência que supervaloriza, também idealisticamente, a capacidade de sobrevivência cultural das etnias, abre-se caminho 'entre duas vertigens: nem as culturas indígenas podem existir com autonomia pretendida por certos antropólogos ou folcloristas, nem tampouco meros apêndices típicos de um capitalismo que tudo devora. (MARTÍN-BARBERO 2009 p. 264)

Caso é que essa migração ocorre e isso se reflete de modo que altera as formas de vivências culturais assim como educacionais. Parece restar ao Estado uma mudança de perspectiva, em que a alteridade aludida aos indígenas deixe de ser paradigma estigmatizado. Ontologicamente, a alteridade é inerente aos processos de coexistência e coabitação, todavia, deve-se cuidar para que essa alteridade não se torne um divisor de águas em que os povos são divididos e vistos como subalternos porque estão fora do circuito hegemônico de produção, criação, dominação, entre outros. Sendo reformulada essa situação, será possível a (des) marginalização, haverá a (des) continuidade do sectarismo entre culturas, em que estão divididas entre alta e baixa, (des) colonização dos saberes, entendendo que os conhecimentos populares têm muito a oferecer à sociedade.

Demais, todo ato de transmissão cultural implica necessariamente na afirmação do valor da cultura transmitida (e paralelamente, à desvalorização implícita ou explícita das outras culturas possíveis). Em outros termos, isto significa que todo ensino deve produzir, em grande parte, a necessidade de seu próprio produto e, assim, constituir enquanto valor ou como valor dos valores a própria cultura cuja transmissão lhe cabe. (BOURDIEU, 2011 p. 218)

Bourdieu consegue entrever a justificativa, presente na bandeira dos movimentos sociais. E, neste caso, o movimento social se confunde com a pele cultural clivada por múltiplas identidades. Com efeito, não se preconiza mudanças e políticas públicas essenciais e diversificadas sem a alusão que precede uma educação que não tenha como cerne ser eficiente, mas que além de contribuir no processo ensino-aprendizagem, essa educação tenha um papel imanente de luta, busca e manutenção de seus direitos. Neste tempo que passei com os indígenas da Aldeia Maracanã, pude vislumbrar como suas diferentes formas de organização entre numa torre de babel polifônica, mas que é possível o acordo e o replanejamento, assim como reorganização de suas atividades que têm, sobretudo, a preocupação pedagógica com seus apoiadores, visitantes e crianças. A alusão aqui tange a educação tradicional indígena, educação que não tem um plano pedagógico escrito, mas tem, em si, uma finalidade prática para a comunidade.

Mesmo com o panorama preocupante no que concerne às populações indígenas, ainda é possível apontar os avanços e marcos legais da educação indígena. Como exemplo, podemos citar a Constituição de 1988 que sustenta a política de educação escolar para os povos indígenas; Política Nacional de Educação Escolar Indígena em 1993 que por sua vez, reconhece o diferente e seu objetivo é proteger a cultura; A LDB, Lei 9.394 que garante aos povos indígenas educação intercultural e bilíngue; e, finalmente e não menos importante a Lei 11. 645 (2008) que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígenas no sistema de ensino público e privado. (PALADINO et al. 2012) Nesta perspectiva, a educação aparece como a grande bandeira dos movimentos indígenas. A complexidade, entretanto, está em perceber que cada cultura tem uma demanda diferente e que mais uma vez é necessário desconstruir a imagem arquetípica indígena que invisibiliza as diferenças concernentes a cada uma. Aparecem, então, os territórios etnoeducacionais, que mais do que apontar a heterogeneidade existente, devem tentar coadunar as múltiplas vozes de modo que se consiga esboçar os interesses comuns.

Os territórios etnoeducacionais têm como base uma gestão compartilhada entre sistemas de ensino, as universidades, a rede federal e estadual das escolas de formação técnica e tecnológica, as organizações indígenas e indigenistas e outros órgãos com interface com a educação escolar, como os setores de saúde, proteção e gestão ambiental, desenvolvimento sustentável e cultural. (PALADINO et al. 2012 p. 85)

Sendo esta organização chave de reivindicações, é possível concluir que as populações indígenas estão preocupadas com a educação a qual seus filhos estão vinculados, seus benefícios e suas sofreguidões, uma vez que se trata de avanço político ainda incipiente. É importante observar as implementações das ações afirmativas, contudo, é perceptível que ainda não dá conta das demandas socioculturais. Quanto a essa questão, a pesquisa respondeu que mesmo migrando para lugares urbanos, os povos indígenas se preocupam com a educação de seus filhos e da forma com a qual isso resultará na formação política deles. Nas conversas com a entrevistada 03, a mesma se mostra preocupada com a manutenção cultural de seus filhos, denota sua atuação na escola. A entrevistada 03 se propõe a ir à escola de seus filhos para desmistificar conceitos e salientar a importância do reconhecimento cultural por parte dos seus filhos e de seus pares na escola, que não é indígena (saliento que é a posição geográfica que define a alocação das escolas indígenas). Chamo a atenção para este ponto, pois há uma população considerável de índios no Rio de Janeiro e a questão é tratada como se

só houvesse, de fato, aldeias em determinados pontos do estado. Não se trabalha com o fator migração. A escola tem, deste modo, um papel a desenvolver na ação pedagógica:

No solapamento dessa consciência, a escola vai desempenhar um papel preponderante. A escola não pode cumprir seu ofício, isto é, introduzir as crianças nos dispositivos prévios para o ingresso na vida produtiva, sem desativar os modos de persistência da consciência popular. Por isso a escola funcionará a partir de dois princípios: a educação como preenchimento de recipientes vazios e a moralização como extirpação dos vícios. A aprendizagem da nova sociabilidade começa pela substituição da nociva influência dos pais – principalmente da mãe – na conservação e transmissão de superstições. (MARTÍN-BARBERO, 2009 p. 139)

É necessário considerar esse julgamento de Jesus Martín-Barbero à medida que, ao perceber que a educação é um molde pelo qual as crianças, nós, enquanto pessoas, somos “formatados” para servirmos de alguma forma à finalidade social, cabe entender que as perspectivas indígenas são calcadas em cosmovisões. Assim, a projeção de desconstrução da cultural indígena em favor da inculcação da formação escolar calcada nos saberes não indígenas contraria o entendimento da finalidade da educação na concepção indígena. Esse tema é de intensa complexidade porque, apesar de afirmar categoricamente a posições educacionais/políticas assumidas pelo movimento indígena (principalmente da Aldeia Maracanã), “deve-se considerar que a identidade se constrói e reconstrói constantemente no interior das trocas sociais. Esta concepção dinâmica se opõe àquela que vê a identidade como atributo original e permanente que não pode evoluir”. CUCHE (2002, p.183)

Apesar da complexidade, a resistência da Aldeia Maracanã não abre mão da bandeira que comporta a educação e como fundamental a possibilidade de oferecer à população em geral elementos que ajudem a experienciar o que é a educação tradicional indígena. Sua forma holística de interpretar os fenômenos no mundo, sua necessidade de posição e aglutinação política, sua religiosidade. Autoafirmam a herança histórica de um espaço permeado de impressões e ações indígenas e indigenistas. É neste espaço que pretendem manter a prática pedagógica que vinham desenvolvendo antes do advento da Copa do Mundo de Futebol.

Ano de grande evento, a possibilidade de reaver o espaço do palacete é quase nula. A resistência continua persistindo como pode, ainda que a proximidade do evento diminua consideravelmente as possibilidades de avanços nas negociações. Avaliar o panorama e tentar esboçar o que acontecerá no futuro do palacete é algo quase impossível. É necessário considerar os interesses divididos numa tríade em que uma das partes é o Estado, numa face opressora. É neste sentido que a globalização, o estímulo ao consumo, a associação de

grandes empresas que se associam ao Estado tornam as diferenças étnicas ainda mais contundentes, pois o agravante se chama capital, coisa essa que a maioria das populações indígenas não tem. Assim como não tem o dinheiro para patrocinar, fomentar e eleger candidatos indígenas ou candidatos que levem suas bandeiras e reivindicações.

Os indígenas não são diferentes apenas pela sua condição étnica, mas também porque a reestruturação neoliberal dos mercados agrava sua desigualdade e exclusão. Sabemos em quantos casos sua discriminação étnica adota formas comuns a outras condições de vulnerabilidade: são desempregados, pobres, imigrantes sem documentos, *homeless*, desconectados. Para milhões, o problema não é manter 'campos sociais alternativos', mas ser incluído chegar a se conectar, sem que isto atropela sua diferença nem os condene à desigualdade. Em suma, ser cidadãos em sentido intercultural. (CANCLINI, 2009 p. 67)

Mesmo com as forças exógenas baseadas no racismo, e discriminação cultural social, econômica os indígenas estão se inserindo cada vez mais no mundo da tecnologia. Estão fazendo disso formas de comunicação, afirmação e luta. Analisemos o exemplo Coletivo **Kuikuro** de Cinema¹² do alto Xingu, que desenvolvem e criam filmes indígenas como o documentário "As Hiper Mulheres". Entre outras colaborações e produções, onde aparece claramente seu trabalho com tecnologia, edição, produção dos filmes, ou seja, eles têm uma estrutura efetiva para essas atividades. Em muitos eventos de temática indígena, esse grupo se propõe a oferecer oficinas e estimular outras etnias a criarem seus próprios vídeos, seus próprios materiais. O que é, de fato, pertinente e sagaz, pois vão desenvolver suas criações dentro do código ético, moral e religioso próprio, sem o risco de constrangimento gerado por contato com material produzido por não indígenas e que caem, inevitavelmente, em erros que prejudicam o contato intercultural. Cabe dizer que as diferenças comportamentais são inerentes às diferenças culturais, logo o que é julgado como normal e recorrente num grupo social, em outro pode ser uma gafe ou transgressão de um código imanente societário.

Se não nos situarmos numa diferença ontológica dos indígenas, mas no campo dinâmico e cambiante dos avanços políticos, dos interesses dos Estados nacionais e das empresas transnacionais de incorporar seus territórios aos mercados globalizados, e se também levarmos em conta a atenção mundial que várias lutas indígenas atraem, torna-se evidente a importância de contar com leis e políticas que garantem o exercício da diferença nos espaços urbanos, nas migrações nacionais e internacionais, no reconhecimento universal dos direitos. (CANCLINI, 2009 p. 68)

¹² Disponível em: www.videonasaldeias.org.br/2009/index.php

O interessante no fragmento acima escrito por Canclini é a síntese das confluências que corroboram o contexto da Aldeia Maracanã. São indígenas associados com apoiadores originados de outros movimentos sociais e que a necessidade e a afinidade fazem desse contato uma coesão forte de ação. É importante discorrer sobre essa questão, pois como experiência de campo não foi possível dissociar as análises das narrativas das ações do Estado. Essas elucubrações foram analisadas de forma crítica, considerando o meu papel participante na Aldeia. Uma vez que fui aceita para desenvolver a pesquisa de campo, fui inserida num contexto, numa organização de funcionamento e, como resultado da interação, me filiei amistosamente aos aldeados do Maracanã. Participei dos processos de reconstrução das ocas do lado de fora do Palacete, participei do mutirão para consertar o telhado entre outras atividades; então, pude me confrontar com a experiência da resistência e das formas de trabalho para melhorias no local. Assim como, dada a circunstância de ação do Estado, foi impossível não sentir preocupação com relação aos manifestantes, pois eu tinha a consciência da violência empregada pelo Estado e sua maquinaria, assim como a certeza da presença de crianças como a pequena menina, (filha do casal de entrevistados 01 e 03) e, entre outras pessoas, havia uma das esposas que, no momento da ação gestava um bebê. Cito também a presença de idosos.

Gostaria de esboçar a reocupação da Aldeia Maracanã, embora seja essa uma situação vaga para o futuro. Estamos diante de promessas do Estado. O ano de 2014 será marcado pela Copa do Mundo de Futebol, é ano eleitoral, assim como 2015 é ano de mudanças no Governo ou não, ao passo que, conjecturas não são certezas absolutas. Todavia, é perceptível a energia que ainda paira sobre os resistentes da Aldeia Maracanã. Estão desenvolvendo suas atividades no CESAC, promovendo eventos como a CONEI que acontecerá na UFRRJ, assim como a projeção de cursos de extensão e formação intercultural para professores. Estão se articulando e trabalhando em prol da concretização dos seus projetos mesmo que fora da Aldeia. Presume-se que o objetivo principal é não deixar o solapamento dos fatos acontecidos na Aldeia Maracanã se enrijecerem.

Concluo provisoriamente com a afirmação de que ainda temos muito para aprender com os povos indígenas, sejam eles urbanos, sejam eles ainda aldeados, em qualquer que seja sua situação. Pois, é com sua cosmovisão que não desvincula educação, política, saúde, religião que são capazes de enfrentar as adversidades que os perseguem há, pelo menos, 500 anos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARISTÓTELES. *A Política de Aristóteles*. Texto integral, MARTIN CLARET, 2002, Torrieri Guimarães.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. – São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.

ASSIS, L; ROMERO, A. R. *Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências*. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente n.6, p.67-80, jul/dez. 2002. Editora UFPR

BENJAMIN, Walter (1892-1940). *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura*. – 7 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994 – (obras Escolhidas v.1).

BHABHA, Homi k. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre (1930-2002). *A economia das trocas simbólicas*. -7. Ed.- São Paulo : Editora Perspectiva, 2011.

_____. *A Opinião Pública Não Existe*. Comunicação feita em Noroît (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em *Les Temps Modernes*, 318, janeiro de 1973.

CANCLINI, Néstor G. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. – 4. Ed. 5. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

_____. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. Ed. - - Bauru: Editora EDUSC, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania e Cultura*. – 1.ed.- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. *História do Povo Brasileiro – mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. pp 11 a 29.

DERRIDA, Jaques. *Torre de Babel.*; Trad. Junia Barreto. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

EHLERS, E. *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996. P. 178.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol.1: Uma história dos costumes. – 2ed. – Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2011.

FREIRE, José R. B. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Editora EdUERJ, 2009.

_____. *Cinco idéias equivocadas sobre o índio*. In: Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH). Nº 01 – Setembro 2000. P.17-33. Manaus-Amazonas.

GOMES, Mércio Pereira. *Os índios no Brasil: passado, presente e futuro*. – São Paulo: Editora Contextos, 2012.

HAESBERT, Rogério. *Fim dos Territórios ou Novas Territorialidades?* In: Lopes, Luiz Paulo Moita (org.). *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas: Editora Mercado das Letras, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós – modernidade*. – 11. ed. – Rio de Janeiro : Editora DP&A, 2006.

_____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. 1ª edição atualizada – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

KULESZA, W. A. *Reforma Agrária e Educação ambiental*. Revista Brasileira Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 89, n. 22, p. 295-311. Maio/Agosto. 2008.

LECHNER, Elsa. *Migração e Conflito*. – Coimbra: Editora Angelus Novus, 2010.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. – 24. ed., [reimp.] – Rio de Janeiro: 24. ad. Editora Jorge Zahar, 2009.

LARREA, Remberto R. Catacora. *Discurso des/colonizadores sobre “desarrollo” y educación*. 1ª edição, La Paz – Bolivia: Garza Azul Impresores & Editores, 2012.

LUPICINIO, Iñigues (coord). *Manual de Análise de Discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis, Vozes, 2004.

DIAZ, Mariane Del Carmen da Costa. *1989- E o índio, tem vez?* Narrativas indígenas sobre a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI) / Mariane Del Carmen da Costa Diaz. – 2013. 109 f.: il.

MARTÍN - BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

PALADINO, M; ALMEIDA, N. *Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula*. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa Livraria; LACED/ Museu Nacional/UFRJ, 2012.

SANTOS, Milton. (1926-2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. – 13ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

_____. *A Urbanização Brasileira*. – 5ª ed., 2 reimp.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

RAMOSE, Mogobe B. *Globalização e Ubuntu*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria P. [orgs]. – São Paulo: Editora Cortez, 2010.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, T. T; *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 12. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ANEXO I

Memórias e narrativas contadas pelos indígenas acerca da trajetória da Aldeia Maracanã, os enfrentamentos com as organizações institucionais e sobre a defesa do patrimônio.

Entrevistado 02

Tudo começou em outubro de 2006, dia 20, não me lembro bem, a ocupação do Museu no índio porque lá era um espaço vazio. Onde só tinha lixo, bagunça, não era um local bem visto e inclusive era um local de desova de pessoas. Havia muito tráfico, havia várias coisas lá, onde a população em si ficava preocupada no entorno porque acontecia muitos assaltos, mas aí, quando os parentes deram um sentido de que aquilo era um espaço destinado que sempre foi destinado, desde de Duque de Saxe quando ele fez a doação a o cultivo das sementes nativas, porque era um trabalho dos indígenas que desenvolviam e ele foi reconhecendo. O Duque de Saxe deu o espaço e a partir desse momento começou a se fixar a memória da cultura indígena ali né. Aí com o tempo passou a ser... Ali era a **Antiga Universidade Rural**¹³, a **Rural** era lá antes, depois entrou o SPI, que foi criado o Serviço de Proteção ao Indígena com Marechal Candido Rondon que trabalhava com a questão do mapeamento geológico, em terras pra ver o desenvolvimento da Furnas (Antiga Furnas), mas ele sempre era voltado mais para população indígena onde que muitas lideranças do Brasil naquela época vinham falar com Marechal Rondon ali dentro, então aquilo foi se tornando um espaço direcionado aos diálogos das questões indígenas da cultura e tudo. Com o passar do tempo o Serviço de Proteção ao Índio acabou e, acabou se tornando a Funai¹⁴, e aí também funcionou o espaço mas já era com Darcy Ribeiro e ali inclusive foram feitos acordos para criação do Parque do Xingu e onde também se recebiam indígenas e muitas realizações favoráveis ao indígena. Depois disso se tornou o primeiro Museu da América Latina Indígena, onde era uma coisa fantástica porque era a forma de preservar a cultura, a memória e a identidade dos originários daqui desta terra antes de ser chamada Brasil, porque na realidade nós sempre existimos aqui e ninguém descobriu o Brasil. No Brasil já existiam gentes que moravam nele que éramos nós, os indígenas, as nações originárias. Depois desse Museu, que aí com o passar do tempo, ficou mais ou menos até 1970, ele se mudou para Botafogo, onde até hoje continua sendo o Museu do Índio. Então, esse espaço do Museu, esse espaço dos 14.300 m², que era para a pesquisa das sementes originárias, para questão indígena, memória e identidade, foi abandonado pelo Estado, e aquele prédio também. E, aí com o tempo ficou só

¹³ Contar a História dessa parte da Rural

¹⁴ Falar sobre o que significa a FUNAI

um segmento. E nós vimos que aquele espaço (o Antigo Museu do Índio) era desabitado e o indígena quando vinha pra cá, ele ia pra ali e quando acabou o uso do prédio não tinha mais pra onde ir, porque aqui a representação da Funai que é o Museu do Índio não lida com as questões indígenas, quando o indígena vem por conta própria da floresta por alguma necessidade, por alguma perseguição. Porque as fazendas, essa questão do agronegócio fica limitando as terras indígenas ancestrais, então os indígenas vêm pra cidade pra busca de viver, ter uma vida melhor, ter o seu pão de cada dia e ter a sua família que, aliás precisa dar de comer porque a floresta já não tava sendo destruída pelo pasto, pela monocultura, pelas sementes transgênicas.

Então, em outubro de 2006 aconteceu que grupos indígenas junto com o grupo de CESAC¹⁵ que trata sobre direitos indígenas se reunirão e decidiram que aquele espaço que era voltado para memória e identidade indígena deveria ser tomada de novo, no sentido de tomar conta daquilo. Então, um grupo de vários indígenas foram pra uma reunião na UERJ e depois dessa reunião eles foram em direção ao Antigo Museu do Índio, e onde eles entrando tiveram confronto com as pessoas que estavam lá, os próprios moradores que não eram indígenas ali dentro e mais o próprio policiamento da LANAGRO (Laboratório de Alimentos de controle dos alimentos do Rio de Janeiro) e ai houve confronto e ficaram. Acabaram aceitando, vendo que os parentes não ofereciam tanta... Ofereciam uma coisa boa, na verdade. Uma cultura Indígena é melhor do que ficar abandonado. E nós tomamos posse daquele espaço que já era um espaço voltado pra cultura indígena e começamos a dar segmento. Acabou se tornando carinhosamente o nome de Aldeia Marak'ànà devido ao espaço geográfico que ali era antes, porque ali inclusive tem os maracanãs que são os pássaros tipo papagaios.

Esse espaço continua lá né, estamos preservando algumas árvores que ainda continuam lá. Até o Rio de Janeiro ganhar o direito de sediar a Copa nós não tínhamos problema. O Estado não queria saber nada dos indígenas que residiam lá, não queria nenhum projeto, mas quando ganhou o direito de sediar a Copa, o Estado, com a especulação imobiliária, se interessou e ai começaram os problemas judiciais. E ai, a gente indo pra Funai (com o Museu do Índio que representa a Funai) dizendo para eles nos apoiassem porque nós somos indígenas e que queremos continuar num espaço urbano porque nós viemos da floresta e na floresta não temos mais oportunidades. Então, a partir daquele momento começou uma luta na justiça e o Estado começou com seu terror psicológico, querendo nos tirar e inclusive a forma de pensar deles era de aculturar os parentes nossos numa forma eurocêntrica, através do capital. Coisa que a gente não concorda porque a nossa luta (resistência da Aldeia Maracanã),

¹⁵ CENTRO DE ETNOCONHECIMENTO SOCIO AMBIENTAL CAUIERE

vê a luta é pelos direitos indígenas que são violados, então são direitos que não podem ser negociados porque a representação é pra todas as nações indígenas do Brasil ali dentro. A gente sente que é a única forma da gente ter visibilidade.

Ai o Estado veio, não aceitando essas nossas falas, não aceitando uma forma de entrar e poder conversar naquela época. Ele não queria conversar, queria tirar a gente de qualquer jeito, mas nós sabemos que tínhamos direito e inclusive porque o Duque de Saxe doou, destinando aquele espaço dos 14. 300 m² para a questão indígena e que até hoje nós estamos judicialmente vendo isso. No dia 12 de janeiro de 2013 o Estado (viu que não tinha muita coisa) decidiu mandar o BOPE pra nós retirar de lá a força, violando decisões judiciais (inclusive teve judiciais que diziam que não deveria haver violência). Mas, nesse dia 12 por incrível que pareça e foi fantástico, toda a comunidade, toda a sociedade civil do Rio de Janeiro, os movimentos sociais se sensibilizaram com a nossa causa indígena já vendo que os direitos indígenas são violados, sofre genocídio étnico na floresta, no campo e até na cidade urbana. Nós, no caso éramos as vítimas. Então, a sociedade civil chegou, se juntou lá dentro, a Aldeia ficou cheia mesmo, sabe, era tanta gente valorizando a cultura indígena. Eram não indígenas, muitos eram descendentes que atualmente estão se auto afirmando porque têm parentes (avós, bisavós) que são indígenas, então eles estão se afirmando. Bom, o BOPE chegou e não conseguiu botar terror psicologicamente no dia 12 de janeiro, mas ele ficou estudando uma forma de tirar a gente de lá e voltou dizendo que ali seria um local de espaço pra trânsito dos torcedores, sempre alegando algo pra sociedade civil, mas a sociedade civil tinha nos apoiado pra que nós ficássemos. E ai ele queria demolir o prédio, derrubar o prédio pra construir um estacionamento e um shopping e ai nós falamos: ‘Não, não pode!’ Porque aquele é memória e uma identidade indígena não pode se apagar assim. Além do mais o prédio tem que ser tombado porque ele tá baseado dentro de Leis que dão o direito de tombamento, o qual a gente foi até o IPHAN e eles disseram que não era, e a gente sentiu que na realidade o Estado na sua forma ditatorial, ele comprou todos os órgão que podiam nos ajudar: o IPHAN, FUNAI, o Ministério Público do Rio de Janeiro, o judiciário do Rio de Janeiro. Já vem há muito tempo que a gente vem conversando, e tem inclusive, processos que deveram ser julgados que nos favorecem mas, o judiciário senta em cima dos processos e não dá.

O que o Estado fez? No dia 22 de março, ele veio com essa alegação de que deveria nos tirar e que inclusive não podia demolir e que queria construir o Museu do Futebol e que a FIFA estava falando sobre isso. E ai a gente chegou na FIFA e perguntou pra eles se era isso

mesmo que eles estavam falando e a FIFA disse que não, desmentiu o Governador Sérgio Cabral. Disse: “Não, nós não exigimos isso!” Então, Cabral estava mentindo... E ele colocando isso na mídia, na TV Globo por exemplo. A TV Globo também é vendida para o Estado, ela só critica a cultura indígena e inclusive tem muitos atores, diretores que fazem parte da TV Globo que têm fazendas e, essas fazendas onde que estão dentro de terras indígenas e eles matam os indígenas pra tomar a terra deles. Então, você vê que a história indígena tá amarrada em todos os órgãos. Ai no dia 22 de março, eles chegaram às 3 horas da madrugada, cercaram a aldeia com aparato policial muito grande e que não havia necessidade porque não tinha muitos indígenas ali, só tínhamos famílias, crianças e idosos. Não precisava de tudo isso. Ai o que aconteceu? Todas as pessoas que vieram pra nos apoiar, algumas foram presas e inclusive moravam ali dentro com indígenas também. Foram presos, não foram permitidos de entrar ali dentro. Então, o Estado nos sitiou na Aldeia Maracanã, onde nós ficamos ali a resistir até chamar toda a sociedade civil, só que não podiam mais entrar. E o juiz dizia: ‘Não truculência na desocupação da Aldeia Maracanã!’; Mas, o Estado desobedeceu isso. O Sérgio Cabral, esse Secretário de Segurança, eles desobedeceram isso. Eles entraram, e ai você pode até acompanhar pela mídia, porque ai a mídia mostra o indígena levando porrada, o indígena sendo humilhado, o indígena recebendo todo o tipo de preconceito. A gente ouvia piadinhas de todos os policiais ali na parte da frente. Diziam: ‘Olha, eu vou te pegar!’; ‘Vou te bater!’; E tinha mulher lá dentro... ‘Olha, vou te violentar!’; ‘Vou te fazer aquilo...’

Então, você vê que o terror psicológico já partia deles. Como o Estado pode ter pessoas assim? Não pode! Tá errado! E ai o que aconteceu? No dia 22 de março então, fomos desocupados, ai fomos tirados a força por violência. O CHOQUE entrou lá dentro, a oca pegou fogo, reviraram todas as nossas coisas. Nossos computadores, nossas câmeras, documentos, tudo, o Estado e a Secretaria dos Direitos Humanos tiraram de nós e até hoje não se fala sobre isso, até hoje dia 26 de novembro de 2013! E desde o dia 6 de junho nós viemos cobrando, na realidade desde que nós saímos porque muita gente perdeu os documentos e então precisava dos documentos. No dia 22 de março, eles tiraram a gente e inclusive, fui preso porque eu tava defendendo a cultura indígena, tava defendendo a memória e identidade da cultura indígena e todos os seus direitos. Ai, fui preso e essas coisas estão todas na televisão, na mídia. Ai com muito sufoco fui solto e ai fomos na ALERJ pra gente chamar os deputados dizer: “Olha, está tendo violação dos direitos nossos, inclusive violação do judicial porque eles entraram com violência lá dentro, nos tiraram à violência”. E ai, o pessoal não

gostou. Houve uma fala. Nós começamos a chamar atenção pra que venham nos receber porque a gente precisava de uma solução pro nosso caso. Ai fui preso de novo, apanhei de novo, arrebataram acessórios meus de espiritualidade e a minha própria auto estima né, fui humilhado do mesmo jeito que fizeram na Aldeia Maracanã na manhã do dia 22 de março, me fizeram lá de tarde também.

Passou, passou, a gente começou a ir para as ruas a partir do dia 22 de março até o dia 6 de junho. Fomos às ruas, batemos maracás, todos os movimentos sempre falando, mostrando que o Estado estava errado, estava negligente, estava ditatorial. Judicialmente nós conseguimos de volta, mas o Estado mesmo assim não queria. Nós retomamos. O grupo de indígenas entrou lá dentro, abriu o espaço e entramos, tanto que a polícia veio com o BOPE mesmo para nos tirar de novo no dia 6 de junho. Houve uma conversa com a Secretaria de Cultura e dizemos: “Nós queremos ficar aqui, aqui é direito indígena, queremos que o Estado aceite essa territorialidade como território indígena. Da sua memória, identidade, cultura, educação e espiritualidade. Ai o que acontece? Ficamos e começamos a dar um novo segmento, não era mais uma aldeia onde se morava somente, mas começamos a dar um segmento educacional, onde que chamamos de Universidade Intercultural Indígena Aldeia Maracanã, onde que os professores são os próprios indígenas falando da sua etnia, da sua cultura, tradição, espiritualidade, memória e identidade também porque no Brasil nós temos mais de 300 etnias e mais de 208 idiomas, línguas, línguas indígenas, as quais o Estado Brasileiro não reconhece, tanto não reconhece que as vezes a gente fica perdido, muitas pessoas não sabem as línguas que existem dos indígenas. Só sabem alguns porque ainda tem alguns livros que falam né.

Como nós chamamos de Universidade, nós atualmente, nesse exato momento estamos dando os cursos, curso de linguística, cosmologia da floresta, medicina da floresta, filosofia. Inclusive temos professores de várias etnias, professores Guajajaras, Guaranis, e temos cineastas indígenas também, atualmente que podem, que estão mostrando os cursos de cinema né, e o que nós vemos é que nós queremos continuar com isso, nós queremos continuar dando esse trabalho porque a educação no Brasil não mostra a cultura indígena como ela é, ela só mostra o colonialismo que é o que descobriu e que na realidade ele ocupou, ele invadiu na realidade porque aqui existiam pessoas que moravam. Então o colonialismo invadiu o solo dos originários e nós queremos resgatar toda essa memória, toda essa identidade para mostrar para as populações. Inclusive o Rio de Janeiro era habitado por indígenas, não existia ninguém assim colonizando, não existia nada disso, existiam os Tupiniquins, os tabajaras,

tenham outras etnias. Então a Universidade Intercultural Indígena Maracanã tem essa proposta de trazer a auto afirmação, inclusive daqueles que ainda tenham seus avós indígenas, mas porque existe uma sociedade preconceituosa e racista que discrimina o fato de ser índio e então, muitos não se assumem, muitos não se afirmam. A forma como Estado coloca, como a educação coloca é a de que o indígena é um vagabundo, é sempre menosprezando o indígena e é uma das coisas que a gente não aceita, por isso que a Universidade Intercultural Aldeia Maracanã, a proposta dela é essa, auto afirmação, ensinar as pessoas o canto de cada etnia da qual elas descendem na sua árvore genealógica para que a gente possa garantir a existência dos indígenas no Brasil, porque da forma como o Estado brasileiro está lidando, com a Dilma, com o processo de desenvolvimento capitalista que de capital não tem nada, tem de capitalismo na realidade. É um sistema capitalismo que destrói as culturas originárias, destrói as florestas, destrói o meio ambiente, polui os rios, deixa a terra improdutiva, onde que na Aldeia Maracanã, nós estamos dando aula de recuperação desse tipo de terra porque eles cortaram nossas árvores, destruíram nossas ocas, encheram de concreto todo o chão de terra e onde hoje em dia nós estamos recuperando tudo isso. Nós acreditamos que o meio ambiente é um ambiente pra todos, não precisa ser destruído com essa forma do desenvolvimento que vem vindo, que na verdade é o desenvolvimento que só visa lucro, não visa a sociedade, não visa o compartilhar dos bens porque só vai pra ajudar poucos e a nossa luta é pra que nossa cultura, as aldeias continuem existindo e também é uma questão de legislação, temos curso de direitos indígenas.

A proposta da Universidade se baseia em um trabalho conjunto com as Universidade Federais e Estaduais para que os estudantes universitários possam estar ciente da realidade da causa indígena e possam ter uma vivencia mais próxima porque na Aldeia Maracanã nós ensinamos a medicina, como volto a repetir né, ensinamos a cosmologia da floresta, linguística, ensinamos as oficinas dos acessórios indígenas, os cantos, as danças, o grafismo, a culinária, a questão das sementes (sementes orgânicas). Então, agora nós também estamos na Universidade Intercultural Indígena Aldeia Maracanã convidando os grupos de estudantes de todas as universidades possamos fortalecer a Universidade Intercultural Aldeia Maracanã e juntos, fazer os intercâmbios, porque lá existe atualmente a segunda escola diferencial em linguística do Rio de Janeiro. É um convite a todos os universitários que queiram entender um pouco sobre espiritualidade, cultura e política dos povos originários do Brasil.

A questão da demarcação da terra é uma questão muito séria, que está acontecendo no Brasil, onde que a bancada ruralista, essa bancada evangélica, eles estão roubando nossa terra

e matando nossa cultura porque hoje em dia os pajés (que são homens medicina) são os nossos médicos da floresta estão sendo discriminados por religiões que estão entrando dentro das aldeias indígenas, onde nós não concordamos. Então, a Aldeia Maracanã tem o foco também de falar os fatos reais que acontecem dentro dos territórios indígenas e principalmente falar das demarcações porque existem processos como, por exemplo, os Guarani Kaiowá que agora nesse exato momento estão sofrendo cercados por pistoleiros, eles estão com a questão pendente da demarcação de terra há mais de 30, 40 anos. Muito antes dessa ideia de monocultura, muito antes da pecuária começar a crescer mais. Então, nós vimos que o Estado está sempre negligenciando os direitos indígenas. A Aldeia Maracanã tem esse foco, ela tem o foco espiritual, político e educacional para que a gente possa formar novos indigenistas, formar as auto-afirmações e formar novos antropólogos, porque o indígena hoje em dia no contexto urbano, ele entra muito em conflito com a sociedade nova. Por exemplo, tem um parente nosso que esses dias tava lá, um Xavante, por exemplo, que não é como nós que tá aqui na cidade, fica mais solto. Ele já vem da própria aldeia mesmo, um pouco recentemente, então ele tem todo um cuidado, tem toda sua cultura e isso nós respeitamos lá, coisa que o Estado não respeita. Por isso que nosso ideal é sempre Aldeia Resiste, vamos continuar resistindo, mostrando a cultura, mostrando pro mundo todo que o indígena existe no Brasil e que precisa ser respeitado e de que A ONU, a OITE e a UNESCO, façam-se presentes e criem audiências porque nós precisamos realmente julgar os crimes, crimes de guerra cometidos contra as nações indígenas do Brasil. Não pode ficar mais assim não, a ditadura matou muitos indígenas pra roubar sua terra, e atualmente o Estado democrático que se diz aberto a todos está matando as nações indígenas na floresta, no campo e nas cidades urbanas, criando leis para justificar as suas atrocidades a qual a Aldeia Maracanã é contra isso. Todos os direitos humanos estão sendo violados. Toda a questão da cultura está sendo violada e nós queremos posicionamentos dos órgãos internacionais e chegar esse caso até o tribunal de AIA, julgar todos esses crimes de guerra que o Brasil vem cometendo e o Estado do Brasil vem cometendo junto com as multinacionais internacionais, esses mega eventos que estão vindo por ai e a FIFA também tem culpa nisso e as Olimpíadas também tem culpa nisso, o COE porque eles criaram as leis pra nos destruir, pra não deixar que nós podemos falar, sabe? Nós indígenas somos presos quando vamos exigir nossos direitos, como agora há pouco tempo. Teve um indígena Guajajara que acabou de chegar da aldeia e foi conhecer o Rio de Janeiro, só deu tempo dele ir à praia. Quando ele chegou no centro foi preso, preso por vandalismo, preso por organização criminosa. Como, se é um indígena que está aprendendo

as coisas daqui? Então, nós queremos punição para os mandantes desses crimes que são presidentes, deputados e senadores, vereadores e prefeitos. Então, nós queremos punição sim, inclusive nós queremos a desmilitarização porque nós sofremos racismo pela parte da Polícia Militar do Rio de Janeiro e de todas as polícias do Brasil porque ainda carregam o sentimento colonialismo de invasão e toda a atrocidade que o colonizador trouxe aqui quando invadiu e o tratamento que fez com os indígenas. Nós não queremos mais isso, nós queremos justiça e queremos soluções. Ayaya Pachamama!

Entrevistada 03

A resistência aqui é muito tensa, já estive muitos grupos na resistência e muitos não resistem porque é muita pressão tanto do governo quanto da polícia, e até mesmo, é muito difícil ficar numa resistência com várias pessoas juntas. Não é só indígena que está aqui, tem vários amigos da Aldeia Maracanã, como eu estava falando são os apoiadores, são amigos porque já passa muito tempo junto, almoça e dorme, estuda junto, conta história, sorri. Então, isso é importante também na resistência mas, falar da resistência é muito complicado porque no início tinha mais de cem indígenas e agora tem muito pouco. A gente tá querendo se reformar de novo com vários indígenas vindo ai de novo. Mas, a resistência é... É pressão né, o governo querer esse espaço e não querer fazer uma universidade no espaço para os povos indígenas né, não quer que os indígenas sejam os professores e possam mandar no espaço. Eles querem que eles mesmos fiquem no espaço como centro cultural. O grupo da resistência é que, queremos a Universidade para quê? Para a vinda de outros indígenas e passar aula, por exemplo, pra vocês que não sabem as outras línguas, não sabem outras histórias dos indígenas. Então, esses grupos que estão ficar um mês, um ano até, é pra estar ensinando as línguas, como é que vive, contando essa história porque no Brasil são 306 povos diferentes conhecidos como vivem, como está. Ai tem pessoas que não conhecem essa história e faz livros vende pra gente, até pra gente mesmo. Eu conheço várias etnias, mas não conheço as 306, então, pra mim também é interessante, para os meus filhos também é interessante conhecer outros povos, e pra vocês também conhecer a cultura de vocês que é importante, todos os brasileiros. E outras pessoas também virem conhecer, isso é pra ser a Universidade né, é a nossa luta pela Universidade. Agora, tá difícil no grupo, o pessoal de Jacarepaguá quer só o Centro Cultural. Mas na Universidade cabe o Centro Cultural dentro, então é isso que a gente quer.

Que tenha uma Universidade viva, que sendo um Centro Cultural, a gente chega aqui e não esteja índio ensinando as crianças, as pessoas que vêm aqui, o público em geral, os alunos, professores. Então, dizem que tem uma lei, que já existe essa lei nas escolas para tá dando aula de língua indígena, mas não tem essas pessoas preparadas e a nossa Universidade é pra isso, pra fazer esses cursos para os professores, já tem né, língua de tupi, roda das mulheres ensinando como vivem na aldeia, algumas indígenas vêm participar juntos com as mulheres que são convidadas e é aberto. Essa Universidade é pra estar sendo aberta pra vocês estarem conhecendo a cultura do próprio Brasil, porque esse Brasil que chamaram não era, não foi descoberto, foi invadido mesmo, até hoje tá invadido. Invadiram a Amazônia, invadiram tudo. A primeira invasão aqui, foi tirar a frente do Museu aqui, não existe mais a frente e foi tirada porque? Por causa da Copa de 2014! Essa luta nunca terminou. Continua, de 500 anos atrás, acho que com toda essa tecnologia, mudanças de pessoas, toda a educação não está cabendo ainda nessa educação indígena que tem aqui dentro.

Para o Governador, acho que ele próprio tinha que estar estudando a própria língua do povo dele porque se ele tá no Brasil ele tem que saber sobre a cultura, não fazer o que ele tá fazendo aqui no Museu. Querendo destruir a cultura, querendo tirar e não querendo deixar esse espaço que é nosso. Essa luta aqui do prédio não é só nossa, é de vocês também, de todos nós brasileiros, e que todos nós venham apoiar esse espaço. Porque é um prédio histórico, não troca, não se vende, e por isso a nossa luta continua.

Os povos que estão aqui hoje são poucos, vem ainda mais, mas ele não se troca, não se vende porque é um prédio histórico, não tem como vender esse prédio como o Governador fez. A resistência continua! Muitos no caminho (como já teve) não resiste, tanto indígena quanto não indígena, mas assim, tem um grupo que já tá aqui há sete anos resistindo... É muita luta? É! É muito trabalho? É, e a gente não ganha nada com isso, a única coisa que a gente quer ganhar é a mostra da nossa cultura e o respeito da nossa cultura no Brasil, que não temos! Então é isso que a gente tá querendo aqui nesse espaço que é a Aldeia Maracanã para que todos os povos possam vir.

O que eles querem é que saiam todos os indígenas para eles reformarem pra fazer o Centro Cultural e o governo ficar com esse prédio pra ele e ficar com a chave e tal... Isso pra um grupo só e não o grupo da resistência.

O grupo da resistência quer uma Universidade e assim, todo o processo tá correndo. Tem o Arão que é advogado tá em Brasília, correndo atrás disso. Então, assim daqui a duas semanas a gente tá vendo que vai ter outra audiência sobre o prédio. Eles querem que a gente

converse entre os grupos: governo, o grupo de Jacarepaguá e a gente pra ceder, pra deixar, pra ficar com eles poderem reformar. Eles agora desistiram de derrubar e isso a gente não acredita muita também né, mas assim, por isso que essa resistência continua porque a gente não acredita. Várias vezes eles disseram resolver, mas a gente não acredita mais.

Entrevistado 05

Meu nome é (...), sou uma das lideranças na Aldeia Santuários em Manaus e lá nós desenvolvemos um trabalho de inclusão, criando Políticas Públicas que beneficiem não só a população originária das Américas, mas toda a população carente que precisa. Então, lá na Aldeia nós ocupamos uma áreas de terras e estamos há três anos em forma de protesto porque não existia Política Pública na Lei e nós conseguimos incluir depois dessa ocupação, no Plano Diretor da cidade na Lei orgânica do município, nós conseguimos eleger dois caciques para membros, um do Conselho Estadual das Cidades e o outro para o Fórum Nacional de Transparência Pública. Nossa maior conquista foi a inclusão do Plano Minha Casa Minha Vida e a liberação da fase de Habilitação dos Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos e pescadores de todo o Brasil, sem. Hoje, essas associações podem ir ao Governo Federal, Caixa Econômica sem precisar estarem mendigando nas portas das prefeituras e dos governos de Estado. Durante essa luta, nós fomos convidados para vir na Conferência Mundial do Meio Ambiente, que foi a Rio +20 que foi em junho do ano passado, e já acompanhávamos a luta da Aldeia Maracanã, já sabíamos que também era um foco de resistência, nós descobrimos isso lá em Brasília há uns quatro ou cinco anos atrás a militância do Zé (01) com Curugu que hoje estão aqui, sempre estiveram com o Zé, com o (03), (...) e com outros. E viemos aqui ver o que estava acontecendo e descobrimos que há uma história de fato, que foi doada uma terra indígena, aqui foi criado o Serviço de Proteção ao Índio, Foi criado o Parque Nacional do Xingu, o Marechal Rondon, um dos grandes indigenistas do Brasil morou aqui, o Darcy Ribeiro morou e trabalhou aqui, os irmãos Villas Boas trabalharam aqui. Aqui foi criada a FUNAI, foi criado primeiro Museu Nacional do Índio e por erros do Governo Federal, ficou essa área de 14 300 m² de terra sob a tutela do Ministério do Interior e depois foi repassado para o Ministério da Agricultura e seria o correto terem passado para o Ministério da Justiça, coisa que não fizeram quando tiraram o Museu do Índio daqui e botaram para Botafogo, teriam que passar essa terra para o Ministério da Justiça e para a FUNAI administrar pelo

valor histórico, cultural, que foi doado pelo Duque de Saxe para ser o laboratório das questões indígenas do Brasil.

E, encontrei os parentes com essa ideia de construir a primeira Universidade (que é a nossa ideia ainda) de Ensino das questões indígenas, das nações originárias do Brasil, o que é uma ideia fascinante, em vários países do mundo já existe. Enquanto nós, não só os índios, mas todos os brasileiros não têm uma educação básica, fundamental, lá no seu ramal vicinal¹⁶, no morro, nos lugares mais... Em Brasília há 4 Km de Brasília não tem, nós estamos aqui no Rio de Janeiro a criar a primeira Universidade que vai revolucionar. Aqui o índio não vem estudar, ninguém vem aqui atrás de diploma, aqui o índio vai ensinar a sua cultura, a cultura das 305 nações originárias, os mais de 270 idiomas que existem, os troncos linguísticos, a medicina, tudo vai ser ensinado aqui e não haverá um diploma de papel, haverá, em cada cultura que você aprende você vai ganhar um cocar, um colar, uma zarabatana, um tacape¹⁷, um arco e flecha, dependendo da cultura e da tradição você ganhará como forma de reconhecimento de que você aprendeu.

O Estado Brasileiro precisa reconhecer, não só o Estado, mas também a Igreja Católica, a União Europeia precisam reconhecer o genocídio que aconteceu que aconteceu no continente americano. Já reconheceram tantos outros genocídios, e o genocídio indígena é tratado como lixo pra baixo do tapete. Muita gente morreu, muitos guerreiros e guerreiras, muitas mulheres foram estupradas, muitas de nossas avós e bisavós foram pegadas no laço e essa história (a verdade) precisa sair dos contos, precisa se torna realidade.

Recentemente fomos ao Fórum Nacional dos Direitos Humanos e falamos com a Ministra, chefe da Secretaria Geral dos Direitos Humanos, Maria do Rosário que recebeu um documento protocolado de que o estado precisa reconhecer. Nós conversamos com a Secretaria Geral da Presidência, conversamos com a Casa Civil da República e foi-nos prometido que a Presidente Dilma iria reconhecer agora (na quinta-feira passada) e não reconheceu! Ninguém sabe por que! A questão é política? A questão é financeira? Por que nós não temos dinheiro pra bancar campanha de ninguém? Nós somos idealistas! Vivemos para recuperar a história que as nações originárias, se fala tanto em Comissão da Verdade, de 1964 até 1988, e a Comissão da Verdade de 1500 até hoje, por que não se fala que esse país foi roubado? Continua sendo saqueado? A gente continua tendo ensinamentos eurocêntricos que

¹⁶ Diz-se do caminho ou Estrada que liga povoações próximas – Mini Aurélio 7^o Ed. – Curitiba: Ed. Positivo; 2008.

¹⁷ Arma Ofensiva usada pelos Ameríndios feita de madeira, semelhante a uma espada pequena.

não agregam valor. Preparamos os nossos jovens para conhecer a Europa, pra conhecer os Estados Unidos, enquanto a maioria dos jovens não conhece a sua própria cultura.

Quem senta num banco de faculdade vai ouvir ensinamentos de vários e vários lugares do mundo, menos do Brasil, como se o Brasil/América não tivesse cultura, não tivesse uma tradição, não tivesse um costume, como se aqui nada tivesse existido e de repente os europeus chegaram aqui e montaram tudo, não é assim! A única coisa que montaram aqui foi a corrupção, desgraça, as doenças, as mazelas. Trouxeram uma porcaria chamada Direito Impositivo, né? Um Estado falido pra implantar aqui e enfiar goela abaixo. Nós perdemos essa guerra no passado, perdemos essa batalha porque a guerra ainda não perdemos e resistimos até hoje. Perdemos porque não tínhamos a pólvora e a nossa pólvora hoje é a caneta, são os nossos diplomas, saímos da Aldeia e viemos para os grandes centros para estudar, para brigar de igual para igual. E, esse é o medo que a sociedade tem, é que nós brigamos de igual para igual, falamos na língua deles, porque antes as lideranças batiam na porta de alguém e eles não atendiam e as lideranças nunca mais voltavam lá. Hoje nós batemos na porta e se não atendem nós vamos à justiça e vamos de novo e vamos de novo e eles são obrigados a cumprir.

Então, hoje ao invés de tacape, de zarabatana, de arco e flecha, de ser na tora como nós falamos, agora é na técnica é na Lei. Hoje nós ganhamos as batalhas na técnica e isso é escandaloso, eles não estão acostumados a perder e vão perder a cada dia mais, até que virá o grande dia que o índio será o governante dessa terra. O índio nasceu para ser governante, ele não nasceu pra ser governado, o índio nasceu livre. Tanto que historicamente tá aí comprovado que nós jamais aceitamos ser escravos, jamais! Como dia Juricaba (um grande cacique da Aldeia Manaóá) ‘essa terra é minha, essa terra me pertence’. Essa terra não é do Estado ou de riquinhos que acham que a Europa é o melhor lugar do mundo. Nós temos um grande problema no Brasil é que pra se produzir muito e vender barato, continuam roubando nossas terras. Hoje, a merda do boi vale mais que a vida do ser humano. Então, nós precisamos revisar o que o país produz, o que o país importa, exporta, a balança comercial. Porque se a gente diminui a produção a gente pode vender mais caro e ter (...). Nós não somos contra o desenvolvimento, nós somos a favor do reconhecimento. O desenvolvimento o país precisa ter? Precisa! Mas, o desenvolvimento correto. Não se justifica construir barragens, pra construir hidrelétricas na Amazônia, porque todo mundo sabe que ou o rio está cheio ou está seco e quando está seco, até sapo morre. Então, não vai ter uma vazão de água fixa pra se produzir energia. Aquilo ali é um escândalo, um grande pano de fundo para as mineradoras

estrangeiras, entrarem lá. Retiram as populações tradicionais originárias e impõem lá, na marra, com a Força Nacional e não sei quem, as mineradoras. Então, essas coisas que estamos trazendo a tona ninguém quer que a educação seja ensinada aqui no Rio de Janeiro, ninguém quer que outras Universidades Indígenas sejam criadas no Brasil porque eles têm medo da verdade. As nossas cartilhas, a Lei 11.639 obriga o ensino da cultura negra e da cultura indígena na rede particular e pública do Brasil, não existe uma cartilha que fale isso. Essa Lei não é cumprida! Como é que a gente vai mudar uma história se não se ensina no ensino básico. Por isso, nós estamos fazendo essa revolução moderna. É uma revolução, é uma revolução dentro da justiça federal, é uma revolução trazendo o clamor público da sociedade para que venham ver o que está acontecendo. Pois, se hoje a Aldeia Maracanã ganhou notoriedade é porque tem credibilidade. E, é uma causa justa, uma causa de todos os brasileiros. A verdade tem que aparecer, doa em quem doer, dure mil anos, mas ela precisa aparecer. Essa é a realidade que a gente vive no Brasil e Aldeia Resiste!

Entrevistado 04

Meu nome é (...), eu sou Guajajara (etnia Guajajara), sou advogado e desde o primeiro momento que houve a retomada aqui em 20 de outubro de 2006 eu venho dando apoio, orientação jurídica às lideranças que resolveram retomar o imóvel, prédio, terreno, patrimônio indígena, proteger o patrimônio indígena. Desde então, nós tivemos alguns avanços e alguns retrocessos. Os avanços assim de que o Ministério da Agricultura, na época que a gente ocupou, entregou assim o imóvel bem, fomos bem recebidos, deram água, deram a luz que até hoje nós utilizamos aqui foi uma iniciativa do Ministério da Agricultura, nós tivemos alguns avanços aqui com o pessoal de academia. Ali, (se você puder dar a volta com a câmera) ali atrás fica o Museu Nacional (aquele prédio antigo atrás dessa pilastra) é o Museu Nacional da UFRJ. Então, uma articulação que existe é uma parceria com as Universidades, aqui nós temos apoio da UFF, da UFRJ (Museu Nacional que é uma extensão da Antropologia, um espaço de extensão da Antropologia com o Zé, (...) que é professor e mestre em Antropologia pela UFRJ), da UNIRIO, a UERJ (Pró Índio) e enfim, o que nós enfrentamos aqui é uma questão muito interessante porque é o que se enfrenta no Brasil todo, que é o que nós lutamos pela regularização fundiária, pela titulação da terra e então, o governo não quer reconhecer como área indígena, não quer reconhecer como patrimônio indígena e tem todo esse enfrentamento e culminou com a aquela violenta invasão da polícia no dia 22 de março (2013). Teve aquela violência toda, me algemaram, me prenderam, me botaram pra negociar

no exercício da minha profissão advogado algemado, enfim, e ninguém tomou nenhuma medida, tanto a OAB, eu que tive que fazer as representações na OAB, no Conselho Nacional de Justiça, no Conselho Nacional do Ministério Público, na Corregedoria da Justiça Federal, tive que tomar as medidas, recolher o depoimento do pessoal na 6^o Câmara da Procuradoria da República na 6^o Câmara que protege né, a Câmara de Revisão do Ministério Público Federal, a PGR (Procuradoria Geral da República) que defende os direitos dos quilombolas, indígenas, caiçaras, pescadores artesanais, nós tivemos lá. Então, quer dizer, essa luta vem até hoje e a luta nossa continua pra ser a regularização fundiária pra evitar os conflitos, exatamente internos, porque a partir do momento que o Estado entra, ele dividi e acaba se juntando a determinados grupos indígenas mais fracos, os indígenas mais vulneráveis pra poder desarticular a resistência e o foco principal que é o terreno, a defesa do terreno né, o Estado já entrou com essa passarela aqui e já tomou essa parte aqui, já tomou a parte de trás do prédio. Dos 14 300 m², nós já não temos nem 8 000 m², hoje, agora eles estão derrubando os laboratórios aqui do lado que seriam prédios destinados à Universidade Indígena.

Então, quer dizer essa luta toda pela titulação do imóvel tem a ver com a sua entrevista, porque você é da Rural e essa área toda foi área da primeira Universidade de Agricultura do Brasil, a Escola Nacional de Agricultura funcionava aqui nessa área, nessa região toda, nesse prédio aqui funcionou e aqui do lado que até pouco tempo, foi expulso o LANAGRO (Laboratório Nacional de Sementes) que era o Laboratório Nacional de Agricultura que era responsável pela vigilância dos produtos de consumo humano, os alimentos que entram nessa região aqui pelas fronteiras tinha que passar pelo Laboratório Nacional de Sementes pra não deixar que nós nos alimentemos com produtos estragados ou contaminado, enfim, e era do Ministério da Agricultura. Tem a ver exatamente com a época em que a proteção, administração e assistência indígena estava sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura. Ficou esse período exatamente por ser o indígena, o agricultor nativo, o agricultor que tinha manejo com as sementes, manejo orgânico, manejo biológico, ao contrário do manejo transgênico, o oposto né. Nós temos espigas de milho, por exemplo, com 8, 10 cores e esse manejo só é feito biologicamente, organicamente pelos indígenas, então eram agricultores. Então, essa escola de agricultura que aqui funcionou foi exatamente pra estudar, e, esse espaço aqui, é sabido, é conhecido que foi doado pra garantia, pra proteção e estudo das sementes e de seus domesticadores, ou seja, os indígenas, que domesticaram boa parte dos alimentos que nós consumimos hoje, as sementes, os tubérculos e

tal. Boa parte desses alimentos foram domesticados porque não eram comestíveis, eram alimentos tidos como bravos ou não consumíveis e hoje nós estamos aqui justamente pra isso.

Acho que a Universidade Indígena vem com a contribuição desse tipo de saber, desse tipo de conhecimento. E, também, o principal é que aqui seja um polo de apoio (como nós já temos apoio, convênio e parcerias com as universidades formais, sejam elas governamentais, estatais ou privadas) que seja simplesmente um centro e essas instituições sejam os apoios pedagógicos, organização pedagógica, da parte administrativa e tal. Pode ser até através de uma universidade à distância, que tem a legislação que permite a universidade à distância como centro, mas na verdade a formulação pedagógica do todo curricular seja a cargo das universidades formais. Então, é uma coisa que já existe, é uma proposta que já existe fundamentação legal, já existe proteção legal e é possível, não é difícil, é só dar as condições né. É só o Estado garantir que isso funcione internamente, mesmo pelos próprios indígenas, pelas próprias lideranças, sem intervenção partidária institucional, econômica, financeira, especulação imobiliária, enfim, sem essas intervenções você tem uma garantia e tem uma proteção, se você simplesmente regulariza fundiariamente e dá a titulação do imóvel e deixas as organizações dos próprios indígenas se efetivarem na gestão, na administração e na organização interna, você vai ter muito mais o que ganhar.

A sociedade vai ganhar, a população vai ganhar, o governo vai ganhar, o Estado vai ganhar porque está ajudando, está contribuindo com a efetivação de um direito natural, vamos dizer assim. Então, é importante que a regularização fundiária aconteça e é pra isso que estamos lutando, independente das discussões internas, nas divergências internas o que é natural. O que não pode é vir o poder do capital, o poder da especulação imobiliária, o poder do Estado, o poder dos partidos interferirem internamente e botar um grupo contra o outro como acontece hoje, hoje isso está acontecendo. Graças a Deus a gente tá tendo uma força muito grande pra poder estar enfrentando essas discussões de forma mais aberta, franca, transparente, bem solidária, bem fraterna pra que a sociedade entenda também essa luta interna e participe e incorpore isso e veja como é que se dá isso no Brasil todo. Porque essa luta não desse espaço especificamente, essa luta é do Brasil todo. Hoje nós temos assassinatos de lideranças indígenas que ficam muito expostos diante do capital, sem uma proteção do Estado. O Estado é incapaz de acionar um sistema nacional de proteção dos seus defensores públicos dos direitos humanos. O Brasil é signatário do sistema internacional de proteção dos grupos de defensores dos Direitos Humanos, de saúde, de educação, de meio ambiente, de agricultura, enfim, econômica, de moradia, religiosidade. Então, quer dizer, esses direitos,

esses militantes, esses defensores públicos têm que ser protegidos, se o Brasil não está dando condições para proteger isso, então, que (...). Eu estive agora no Fórum Mundial dos Direitos Humanos e falei isso, deixei claro isso, que se o Brasil não tem condições, então, que seja acionado um sistema interamericano, ou Sistema Internacional de Proteção desses defensores públicos. Que nós vamos pra rua, e lá nós apanhamos lá nós presos, nós somos... Enfim, encarcerados, o policial se quer pergunta qual a pauta de reivindicação, aqui vem, mas ninguém pergunta qual é a pauta não, quer meter logo é... Quer prender, quer bater, sem saber o porque se está lutando, sem saber o motivo do que está sendo pauta. É isso.

Entrevistado 01

Boa tarde para todos, meu nome é (...), eu pertenço ao povo Tenentehara Guajajara e este patrimônio, este imóvel onde nós estamos que nós chamamos de Aldeia Maracanã e agora é a luta pela Universidade Indígena, já contabiliza ai 150 anos de história indígena só nesse patrimônio. Já no Império, O Duque de Saxe fez uma doação ad eternum para estudos e pesquisas de sementes e seus domesticadores, pesquisadores naturais, domesticação natural. E, aqui também funcionou a primeira Universidade Nacional de Agricultura até final de 1909, logo em seguida passou pra Seropédica transformando-se na Universidade Federal Rural, o histórico desse patrimônio passou por isso também. Em 1910, Rondon inaugura aqui o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), então, vem como Serviço de Proteção ao Índio, o imóvel, na época a questão indígena era relacionada ao Ministério da Agricultura e Pecuária, na época, por isso esse patrimônio continuava até então, sob os cuidados do Ministério da Agricultura porque a questão indígena era do Ministério da Agricultura e Pecuária. Até a década de 50, quando Darcy Ribeiro juntamente com Marechal Rondon inaugura aqui o primeiro Museu Nacional do Índio em 1952 no dia 19 de abril em relação ao, em comemoração ao dia mundial do Índio que aconteceu na Cidade do México. Então, em homenagem a esse dia Darcy Ribeiro inaugura no dia 19 de abril de 1952 o primeiro Museu Nacional do Índio, Então, vem como sede do SPI, Museu Nacional do Índio até 1968, quando o Estado desativa, extingue o SPI e cria uma Fundação para tratar das questões indígenas (Fundação Nacional do Índio – FUNAI em 1978).

Então, nesse século de existência desse patrimônio indígena, nós vimos, nós buscamos documentação desde que assumimos em 2006 aqui, nós começamos a colher essa documentação e até então a gente não sabia a história desse prédio, que tinha tanta história da

questão indígena. A partir de 2006 que chegamos aqui, fomos buscar toda essa documentação, toda essa história desse patrimônio... Então esse patrimônio é entregue a própria sorte, é desativado o Museu do Índio, levado para Botafogo e a sede da FUNAI também é também para Botafogo.

Então o imóvel é abandonado. Quase 40 anos depois, só em 2006, na primeira tentativa nossa, do movimento indígena nacional já pelo Rio de Janeiro, eu já estava estudando aqui, na época fazendo Pedagogia e aí, começamos a pesquisar esse patrimônio, por não haver no Rio de Janeiro nenhum imóvel, nenhum local que venha a atender essa demanda dos índios, nesse contexto, um contexto urbano que estava estudando, trabalhando, vendendo seus artesanatos ou apenas de passagem, mas não tinha um local de reunir todos esses indígenas que segundo o IBGE (senso de 2000) conta mais de 20, quase 30 000 indígenas. Já no senso de 2010, declina um pouco. Já deu conta de mais de 20 000 no Rio de Janeiro só na cidade do Rio de Janeiro, o grande centro. Então, a primeira tentativa de 2004 foi frustrada, tínhamos poucos indígenas, poucos apoiadores, poucas organizações nos apoiando e recuamos e, aí nos reorganizamos e quando foi em 2006 organizamos um Congresso na UERJ, no 9º andar, no auditório do 9º andar, o Primeiro Encontro Tamoio dos Povos Originários, já em 2006, no dia 20 de outubro de 2006. Então, ali nós reunimos mais de 50 indígenas de mais de 20 etnias, de todo o território nacional, representando todo o território nacional.

Reassumimos esse patrimônio logo depois do fim do dia. Era numa sexta-feira (dia 20 de outubro), então quando foi por volta desse horário, 5 ou 6 horas da tarde nós saímos em caminhada da UERJ e reassumimos aqui. Foi truculento por que tinha guarda armado aqui preservando os laboratórios porque até então, ainda funcionavam os laboratórios de Pesquisa de Sementes, coisa de um laboratório de mais de um século, coisa ainda daquela Faculdade Nacional de Agricultura e seus domesticadores naturais das sementes indígenas e caboclas.

A proposta nossa era uma proposta única. Assumir esse patrimônio, revitalizar, recuperar e devolver às populações originárias com a administração, gestão, pensado por indígenas. Então, isso chocou o Estado quando nós viemos com essa proposta, mas nós continuamos com o projeto. Em 2007, logo em seguida viria, aconteceria aqui ao lado e foi um certo medo, um temor, os Jogos Pan Americanos, dizendo que iria haver a reforma do Maracanã e nós teríamos que sair, o que não aconteceu, nós resistimos e aí o Estado em 2008, final de 2008 pra 2009 disse que ia comprar, que tinha comprado o patrimônio e que iria demolir, que comprou todo o imóvel que segundo o RGI é de 14 300 m² (11º RGI), e que iria

demolir todo o imóvel pra transformar em estacionamento, shopping, qualquer coisa, menos destinação cultural indígena, ai foi aonde entramos em choque, porque nós já tínhamos fechado aqui, já tínhamos decidido, tínhamos processo na Vara Federal, tínhamos comunicado ao Ministério Público Federal que nunca veio nos defender, para defender esse patrimônio da União, do povo brasileiro e que também nunca veio a FUNAI, nem a própria Defensoria Pública, nem ninguém. Então ficamos aqui e ai confirmou-se em 2011 pra 2012 a compra e venda. O Governo do Estado do Rio mentiu várias vezes dizendo que não ia ser demolido, ou que ia ser demolido pra transformar em Museu Olímpico, qualquer coisa, menos pra destinação cultural indígena e o nosso pedido desde o primeiro dia foi que qualquer ação que houver aqui, teria que ser destinado às população indígenas, teria que ter uma destinação cultural indígena.

Então, a nossa luta então é pra manter a Universidade funcionando com cursos e a Aldeia Maracanã dentro da Universidade Indígena e recuperar o restante do patrimônio que no total é de 14 300 m² dizia o Registro Geral de Imóvel (11^o RGI). E, ai funcionamos cursos, a sociedade passou a visitar e quando foi na virada de 2012 pra 2013 nós passamos exatamente o que passamos há 7 anos atrás, na mesma data, que nós iríamos, no caso o ano passado, interou um ano agora, que nós seríamos retirado daqui para o Estado que disse que comprou do Governo Federal e o Governo Federal disse que vendeu e então, nós buscamos, e, tem documentação forjada, falsificada desde de que ele foi desativado aqui e levado para Botafogo, no sentido de apagamento, de invisibilizar a questão indígena nesse patrimônio. E, ai o nosso objetivo era de desfazer essa documentação, era de desbaratinar toda a forja do Estado, a documentação forjada, falsificada e ai devolver para a União já que o Estado do rio de Janeiro disse que comprou e logo em seguida entregou para a iniciativa privada, esse consórcio da Odebrecht que está de frente desses mega eventos (Copa e Olimpíadas).

No final de 2012, na virada para 2013, nós sentimos a necessidade de convocar a sociedade, a população do Rio de Janeiro e de todo o Brasil, do mundo, no sentido de defender esse patrimônio, porque nós percebemos a maldade do Estado, exatamente em comprar o patrimônio da União, e a União, a maldade de ter vendido, a má fé em ter vendido. Uma coisa que não poderia ser vendida porque era patrimônio da União, do povo brasileiro, da nação, não podia jamais ser vendido. Mas foi feito isso, forjação de documentos, documentos falsificados e ai nós percebemos o perigo que era, então, convocamos às redes sociais, toda a população. Então nós conseguimos virar de 2012 para 2013 com medo, época de natal e ano novo com medo, a tensão, muito medo do Estado entrar exatamente aonde está

mais fraco. E, hoje está acontecendo a passarela e desmontando o prédio, exatamente o que eles iriam fazer e continuar em 2012, na verdade não mudou. Exatamente na virada de 2013 pra 2014 esta acontecendo isso! E, esse temor, esse medo...

Então, a gente convoca de novo a sociedade pra vir junto com a gente defender esse patrimônio. Você, Joshua, o pessoal todo da Rural estar por aqui até mesmo no sentido de estar tomando conta pra não acontecer o que aconteceu. Porque o objetivo é ainda demolir isso aqui, eles podem usar outros engenheiros, passar pelo CREA, o CREA diz que a estrutura do prédio ainda dura mais uns 200, 300 anos, mas eles podem passar por cima do laudo técnico do CREA (Conselho Regional de Arquitetura). Pensando nisso também, a gente convocando os movimentos sociais pra estar junto com a gente, um pouco de mobilização também, até pela desmobilização e do desgaste da ocupação nesses anos, nesses longos tempos ai, ao longo desses sete anos.

Hoje, por exemplo, está acontecendo um grande ato aqui que é a FIP (Frente Independente Popular), muitos apoiadores, muitos dos movimentos que estão acontecendo nas ruas sem referência... A Universidade é uma referência a nível nacional, para as populações do Brasil inteiro e para os movimentos sociais do Rio de Janeiro e todo o território nacional. Então, vamos ver os próximos acontecimentos.

O Estado teve a ação mesmo em 12 de janeiro, quando foi a primeira tentativa. O Estado não tinha documentação, o chamado Imissão de Posse. Quem estava na posse éramos nós indígenas e mais o Laboratório de Pesquisa de Sementes – LANAGRO. O Estado recuou, pela pressão popular, pela pressão dos movimentos sociais, a sociedade, estudantes universitários, toda área de conhecimento aqui dentro, colocamos 1 000 pessoas pra defender isso aqui, Não sei se você estava naquele dia 12 de janeiro.

Dalila: Eu estava aqui fora, não conseguia subir o muro... (risos) A gente ficou do lado de fora.

Entrevistado 01: Muitos conseguiram, muitos não conseguiram pular o muro... Muitos presenciaram...

Dalila: Foi amedrontador, maquinaria de guerra.

Entrevistado 01: É, artilharia de guerra para as nossas armas porque nós estávamos armados com maracá, cocar, canto, dança, pinturas... Essas eram as nossas armas, né. E, a sociedade estava junto com a gente por isso nós conseguimos de uma certa forma, neutralizar o Estado, mas o Estado disse: ‘Ó, nós vamos sair (o braço armado do Estado), nós vamos recuar um pouco, mas só até conseguir a documentação, que é esse tal do papel de Imissão de

Posse. Esse próprio juiz, desembargador da 8^o Vara Federal foi o que deu a Imissão de Posse ao Estado pra ele entrar aqui. Conseguiram esse papel no dia 22 de março. O Estado chegou com peso, pior do que... Articulando com infiltrações aqui dentro, P2 e polícia e indígenas traidores... Conseguiu o papel em 2012, em março de 2013, dia 22, e, ai foi o que vocês viram. Toda aquela truculência, foi um aparato de guerra pra pessoas desarmadas defendendo o patrimônio da nação brasileira.

Dalila: Tinha crianças, idosos...

Entrevistado 01: Todos viram ai, foi uma verdadeira truculência... Não tem descrição para o que aconteceu aqui é uma prova realmente de que o próprio patrimônio no estado em que está... A gente vem denunciando exatamente o retrato né. Uma biografia de como o Estado vem tratando a questão indígena em todo o território nacional ao longo desses 513 anos. O próprio Estado em que se encontra o imóvel é um retrato de como vem sendo tratado a questão indígena ao longo desses 513 anos em todo o território nacional.

Essa denuncia a gente tá fazendo, e, é muito bom o apoio e que movimentos sociais estejam aqui, o apoio... Nós somos muito fracos em relação a questão política por isso o apoio da sociedade do Rio de Janeiro, movimentos populares, estudantes e universitários, todas as camadas da sociedade, todas as áreas de conhecimento é muito importante aqui dentro. Importante no sentido de defender isso aqui, como território. Na questão jurídica o (entrevistado 04) fala muito bem disso ai e de como vem tratando o setor jurídico nesta situação que está ai. É até uma discriminação na questão jurídica já que nós teríamos que estar amparados pela própria Carta Magna, Constituição Federal do Brasil, além dos tratados internacionais que é a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas das Américas, e a Convenção 69 da OIT que nos garante nesse território como território indígena, preservando as tradições, os costumes, formas de sobrevivências e formas de lidar com religiosidade, dando destinação cultural, vivendo como um aldeamento.

Então, é isso! Agradeço muito a todos vocês que estão aqui junto com a gente no sentido de fazer uma denúncia, não só pra cá, mas para além desse oceano aqui do Brasil, foi isso que nos ajudou bastante, não só denúncia no Brasil, mas a denúncia na Europa, nos Estados Unidos, até mesmo no oriente... Ocidente, porque foi muito truculento e a sociedade do mundo viu como o Brasil (Estado Nacional) trata dos indígenas e suas questões relacionadas às Políticas Públicas e seu território. O (entrevistado 04) disse que não vai poder ter nenhum projeto pra cá, que venha a ser funcional, sem a demarcação territorial. E, hoje a nossa luta é pra que venha ser demarcado esse território. Não vai haver nenhum projeto pra

cá, funcional mesmo, que seja de respeito se não reconhecimento do território da Aldeia Maracanã, Universidade Indígena. Katú Ipó Zané Karuk! É muita história, é muita coisa pra se descobrir.

ANEXO II

Boletim de ocorrência policial, citado no corpo do texto.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA - SESEG
CHEFIA DA POLÍCIA CIVIL
018a.Delegacia de Policia
Rua Barão De Iguatemi, 331, Praça Da Bandeira, RIO DE
JANEIRO, CEP: 20270-060, TEL.: 2333-7504 /
2333-7508

TERMO DE DECLARAÇÃO

Controle Int.: 056824-1018/2013

Procedimento: 018-04958/2013

Data: 24/11/2013 às 17:41

Nome: DALILA GONÇALVES MARTINS (Testemunha)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SÃO PAULO
Nascimento: 22/07/1985 Cor: Parda
Sexo: Feminino Profissão: Pedagogo(a)
Estado Civil: Solteiro(a)
Documento: 20926704-6 SSP/DETRAN, emissão em

Filiação: IRNAAS MARTINS e SUMAIA GONÇALVES PREZA

Endereço Residencial:

Rodovia 465 KM 07, S/N - PRÉDIO F2 APTº 110,
UFRRJ / ECOLOGIA - SEROPÉDICA, RJ - Brasil
Tel.: 21980192615

Costumes:

Contradita (SEM):

Compromisso Legal:

Inquirido, DISSE:

QUE, no dia 23/11/13, entre 16h30 e 17h, na altura do nº 126, na calçada do Estádio do Maracanã, situada na esquina da Rua Mata Machado com Av. Presidente Castelo Branco, quando acompanhava ASH ASHANINKA DA SILVA, FERNANDO LUIS MONTEIRO SOARES e outros índios, dentre eles, o Cacique PAULO APURINÃ, quando, após um indivíduo trajando uniforme da Polícia Militar, apresentando uma tarja branca contendo a inscrição GUEDES, não sabendo informar sua patente e batalhão, ter disparado com uma carabina projéteis de borracha contra a multidão, tendo ASHANINKA se aproximado dele para orientá-lo de como deveria fazê-lo adequadamente, o agente lhe disse: LUGAR DE ÍNDIO É NO AMAZONAS; QUE, os disparos foram efetuados na direção de torcedores do Vasco da gama, entretanto, o mesmo e o grupo de índios encontrava-se na mesma direção daqueles, o que levou ASHANINKA tentar falar com o policial militar, não sendo entendido e atendido pelo agente.

Nada mais havendo, mandou a Autoridade Policial encerrar o presente Termo que, lido e achado conforme, assina com o(a) Testemunha.

Eu, JOSE LUIZ FERREIRA, escrivão nomeado para este ato, matrícula 257.601-5, o lavrei e assino.

Data da impressão: 24/11/2013

Página 01/02

TERMO DE DECLARAÇÃO

Controle Int.: 056824-1018/2013

Procedimento: 018-04958/2013

Data: 24/11/2013 às 17:41

TERMO DE DECLARAÇÃO

Controle Int.: 056824-1018/2013

Procedimento: 018-04958/2013

Data: 24/11/2013 às 17:41

FÁBIO OLIVEIRA BARUCKE

Delegado(a) Titular - 860.932-3

JOSE LUIZ FERREIRA

Inspetor de Polícia - 257.601-5

DALILA GONÇALVES MARTINS

Testemunha